



GEOPOLÍTICAS PARA O SÉCULO 21: CHINA

País retoma liderança civilizacional com prosperidade e visão pacífica.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**



MAGAZINE LUIZA: RESULTADO DO 4T24

Segundo o gestor Julio Vieira, empresa melhorou parte operacional, mas segue queimando caixa. **Página 5**



A GUERRA DO VIETNÃ COMO NUNCA VIMOS

Ministério e reedição do livro do jornalista brasileiro lembram 50 anos do fim do conflito. Por Philippe Deschamps, **página 4**

IR: isenção até R\$ 5 mil deve impulsionar consumo

“Esse é um projeto neutro que não vai aumentar um centavo na carga tributária da União. O que nós estamos fazendo é uma reparação que vai contribuir para que 10 milhões de pessoas não paguem imposto de renda”. A afirmação é do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao apresentar a proposta do projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil.

O governo federal enviou, nesta terça-feira, ao Congresso Nacional a proposta. A faixa de isenção, hoje, vai até R\$ 2.259,20. Além disso, quem recebe entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil terá um desconto parcial. A apresentação oficial da proposta foi realizada durante cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília.

Lula frisou que a compensação nas contas públicas será feita pela cobrança progressiva para apenas 141,4 mil contribuintes, ou seja, 0,06% da população total do país que recebem mais de R\$ 600 mil por ano e que não contribuem atualmente com alíquota efetiva de até 10% para o IR.

Pelas contas do governo, ao todo, serão 20 milhões de pessoas que deixam de pagar imposto de renda desde o início da atual gestão, considerando que outros 10 milhões de pessoas que recebem até dois salários-mínimos já são isentas da cobrança.

O presidente do Sebrae Nacional, Décio Lima, considera os benefícios que a proposta traz aos pequenos negócios do país (MPEs) ao estimular o aumento do consumo, principalmente no setor de comércio e serviços.

“Uma grande notícia, trazendo distribuição de renda para grande maioria do povo brasileiro. Significa mais dinheiro no bolso do trabalhador e melhora na renda das famílias, que terão mais poder aquisitivo e condições de comprar dos pequenos negócios, gerando ainda mais empregos e aquecendo a nossa economia”, comemora. “Mais uma vez, o governo do presidente Lula e do vice Geraldo Alckmin mostra que a população é prioridade. Estamos devolvendo o otimismo ao brasileiro, que vai voltar a comprar, colocando a economia em movimento. Lula prometeu e cumpriu”, finaliza.

Página 3



Luiz/Biblioteca Nacional

Antiga Caixa de Amortização, primeira sede do Banco Central do Brasil

BC completa 60 anos no centro do debate sobre política monetária

Banco Central começou a operar em março de 1965

Por Gilmara Santos, especial para o Monitor

O Banco Central do Brasil (BCB) foi criado por meio da Lei 4.595, em 31 de dezembro de 1964, durante o governo do general Castello Branco, no contexto da ditadura militar. O início das atividades ocorreu há 60 anos, em março de 1965.

A instituição da autarquia monetária marcou a unificação e modernização das funções que antes eram desempenhadas por diferentes órgãos, como a Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), o Banco do Brasil e a Caixa de Mobilização Bancária. O BCB assumiu o papel de autoridade monetária, com responsabilidades como emissão de moeda, controle da política monetária e supervisão do sistema financeiro nacional.

“O Banco Central é uma autarquia federal que foi criada pela Lei 4.595 de 64. Posteriormente, em 2021, ele adquiriu autonomia técnica, operacional, administrativa e financeira. Nesse período houve um amplo debate se o Banco Central deveria ser independente ou não”, diz o presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), Odilon Guedes Pinto Júnior.

“O Banco Central tem um poder enorme, quando ele aumenta

a taxa de juros, como está acontecendo atualmente, ele pode levar ao desemprego, à recessão e causar um grande impacto no meio da sociedade. É importante lembrar que quem foi eleito é o presidente da República, não o presidente do Banco Central. Então, isso é um debate permanente”, destaca Júnior.

Constituído por um presidente e oito diretores, outra função importante da autarquia monetária é administrar as reservas internacionais, o que é fundamental para a estabilidade do Brasil em relação ao exterior.

Ana Carolina Scafuro, advogada do escritório JLegal Team, considera que a criação do BCB foi crucial para a organização e estabilidade econômica do país. Entre as principais importâncias, ela destaca:

- 1 – **Unificação da Autoridade Monetária:** antes do Banco Central, funções como emissão de moeda e controle monetário estavam dispersas entre várias instituições, como o Banco do Brasil e a Sumoc. A criação do BCB centralizou essas responsabilidades, permitindo maior eficiência e coordenação.
- 2 – **Controle da Inflação e da Política Monetária:** o BCB trouxe ferramentas para implementar políticas econômicas, como controle da oferta de moeda, taxas de juros e crédito, ajudando a estabilizar a inflação

e o sistema financeiro.

3 – **Supervisão do Sistema Financeiro:** com a criação do BCB, foi possível regulamentar e supervisionar bancos e instituições financeiras, garantindo maior segurança ao sistema e protegendo os interesses de depositantes e investidores.

4 – **Emissão de Moeda Nacional:** o BCB passou a ser o emissor exclusivo da moeda brasileira, reforçando sua capacidade de gerenciar a política cambial e assegurar a estabilidade da moeda.

5 – **Independência Operacional:** embora a independência do Banco Central tenha sido formalizada somente em 2021, sua criação foi um marco que garantiu maior autonomia na implementação de medidas técnicas, sem interferências políticas imediatas.

“O BCB foi essencial para modernizar a economia brasileira e torná-la mais competitiva e estável perante o resto do mundo e economias”, diz a advogada.

Apesar da sua importância, a instituição ainda tem muitos desafios. “Entre os principais desafios enfrentados pelo Banco Central do Brasil atualmente estão relacionados a questões econômicas globais, regionais e estruturais do país”, diz Ana Carolina.

Leia a matéria completa em monitormercantil.com.br/banco-central-do-brasil-60-anos

Economia cresceu 0,3% em janeiro

“O crescimento de 0,3% da economia em janeiro, em comparação a dezembro, é explicado pelo forte crescimento da agropecuária e a resiliência do setor de serviços, em que a única retração foi registrada no comércio.”

Os dados são do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado nesta terça-feira.

Segundo a pesquisa, a indústria, em contrapartida, retraiu no mês, com quedas observadas nos quatro tipos de indústria analisadas (extrativa, transformação, eletricidade e gestão de resíduos, e construção). Pela ótica da demanda, embora o consumo tenha voltado a crescer em janeiro, após três meses seguidos de queda, os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) retraíram na comparação com dezembro.

Na análise interanual, observa-se evidente desaceleração da economia, embora os resultados sejam, de modo geral, positivos. Este retrato da economia reforça o que já vem sendo apontado em edições anteriores do Monitor do PIB-FGV que, embora a economia esteja com resultados positivos, há um processo disseminado de desaceleração.

“A elevação da incerteza externa aliada a uma alta taxa de juros interna com tendência de aumento ao longo do ano, sinalizam dificuldades de crescimento dos setores mais relacionados ao ciclo econômico, como o industrial e o de investimentos. Em contrapartida, o resultado positivo na agropecuária pode indicar um alívio para a atividade econômica, caso o recorde esperado da safra agrícola para este ano se confirme”, segundo Juliana Trece, coordenadora da pesquisa.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,6706
Dólar Turismo	R\$ 5,9160
Euro	R\$ 6,2087
Iuan	R\$ 0,7850
Ouro (gr)	R\$ 554,64

ÍNDICES

IGP-M	1,06% (fevereiro)
	0,27% (janeiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Geopolíticas para o século 21: China retoma liderança civilizacional

Por Pedro Augusto Pinho

Jacques Gernet (1921-2018), sinologista francês, professor da Universidade Paris VII, escreveu, em 1972, *Le Monde Chinois* (traduzido por José Manuel da Silveira Lopes, para Edições Cosmos, Lisboa, 1974), onde se lê: “A importância da China faz-se notar tanto no passado como no presente; a civilização chinesa foi a inspiradora de uma larga parcela da humanidade, dando-lhe a sua escrita, as suas técnicas, as suas concepções do homem e do mundo e as suas instituições”. E o “Ocidente que, sem o saber, a imitou até nossos dias, que conhece mal tudo quanto deve à China e sem o qual não seria aquilo que hoje é”.

Este início da civilização às margens e no estuário do rio Amarelo, onde hoje se encontram as províncias de Shandong, Hebei e Tianjin, tem aspectos míticos no alvorecer de sua História, mas é certo que, em 800 a.C., tem início o declínio da realeza Zhou, época conhecida como das Primaveras e Outonos, decompondo uma concepção de criação do mundo e da ordem política até então vigente.

No Ocidente, Roma ruirá bem após, em 476 d.C. O melhor período civilizacional romano ocorreu durante a República, de 509 a.C. a 27 a.C., quando as Assembleias exerciam: a função executiva pelo Cônsul ou Pretor; as eleitorais, para escolha do executivo; a legislativa e a judiciária, todas posteriormente unificadas na figura do Imperador, quando Roma, após ter atingido o ápice com César Augusto, entra em decadência com Tibério, Calígula, Cláudio, Nero e sucessores, e, com o domínio do cristianismo, substitui o homem por um Deus único e todo poderoso.

Na China ocorre rigorosamente o oposto, nas palavras da filósofa francesa Anne Cheng (1955) se dá “a aposta de Confúcio (551-479 a.C.) no homem”.

“Mais que um homem ou um pensador, e até mais que uma escola de pensamento, Confúcio representa verdadeiro fenômeno cultural que se confunde com o destino de toda civilização chinesa. Este fenômeno, surgido no século V a.C., manteve-se durante 2.500 anos e perdura ainda hoje, após passar por várias transformações e sobreviver a muitas vicissitudes”. Como ocorreu com Buda,

Sócrates, Cristo ou Marx, com Confúcio produz-se um salto qualitativo, a “reflexão do homem sobre o homem” (Anne Cheng, *História do Pensamento Chinês*, tradução do original francês de 1997 por Gentil Avelino Tilton, para Editora Vozes, Petrópolis, 2008).

O retrocesso europeu

O período que a história ocidental denomina Idade Média foi de extraordinário desenvolvimento civilizacional chinês. Iniciemos pela fonte primária de energia. Foi graças ao domínio do fogo que o homo sapiens saiu da África e se espalhou pelo mundo. Foi, indubitavelmente, incorporando o uso das águas dos rios, indiretamente do Sol, do vento, além de seu próprio corpo, desde sempre, para procura e coleta de alimento.

No período de 750 a 1.100 da Era Cristã, enquanto a Europa queimava florestas, a China explorava a biomassa e o carvão mineral, como fontes primárias de energia, o que a Europa só viria usar por volta de 1750, com a Revolução Industrial, e, quanto à biomassa, apenas no século 20.

Ainda hoje, as reservas de carvão mineral da China estão entre as três maiores do planeta, sendo as maiores as computadas nos EUA e na Rússia. Quanto à energia da biomassa, ainda disputa um pequeno espaço entre as fontes de energia, tendo destaque no Brasil pela ação do Movimento dos Sem-Terra (MST), que a adota intensivamente.

Em 2023, conforme a Agência Internacional de Energia (AIE), a biomassa representava 9,5% da produção mundial de energia e 25,1% do Brasil. As energias fósseis supriam 80,3% das necessidades mundiais e 52,7% das brasileiras, representando o carvão mineral, respectivamente, 27,2% e 5%.

Na China, o carvão mineral é a principal fonte primária de energia, representando 56,6% do consumo. De acordo com o 12º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento de Energias Renováveis, estão previstos 35% de energias não fósseis serem atingidos até 2030.

Pelos séculos 14 ao 16, a China passou a ser visitada pelos europeus, sendo mais conhecidos a família Polo, de Veneza, nos “Trecentos”, e os jesuítas, no fim deste período, responsáveis pela nomeação do Mestre Kong (Kong Fu Zi) para Confúcio.

Foi graças à tecnologia chinesa – bússola, carrinho de mão, papel, pólvora, seda e sinos – que a Europa pôde atravessar o Oceano Atlântico, saquear as Américas, promover o que talvez seja o maior genocídio da história, se enriquecer e sair dos limites do seu Continente, dominando o mundo e construindo uma História.

Enquanto a Europa substituiu a servidão medieval pela escravidão racial, não se conhece um só período da China Confuciana em que houvesse o trabalho escravo. O chinês sempre foi um povo pacífico, agricultor, observador da natureza, apenas preocupado com as agressões dos estrangeiros, os séculos de humilhações.

O domínio europeu, colonizador, pode ser demonstrado pelas línguas faladas no mundo. Os três idiomas oficiais, ou também proferidos como oficial junto a outro, mais falados pelo mundo são o inglês, em 68 países, ainda que majoritariamente ilhas; o francês, em 29; e o espanhol, em 21 Estados. Apenas o árabe, do Sul Global, se inclui nesta estatística, falado por 22 nações, quase todas do Oriente Médio e norte da África.

A título de comparação o português, também colonizador, é falado em 8 países, e o russo, de grande influência no mundo eslavo, além de ter sido o idioma da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 11 Estados, como oficial ou por maioria da população. O mandarim é falado na China. E em Cingapura, como dos quatro idiomas oficiais: inglês, tâmil, malaio e mandarim. Na península da Malásia pela grande quantidade de chineses que lá habitam, embora sejam o inglês, junto com o malaio, considerados idiomas oficiais do País.

Na República Popular da China, além do mandarim são falados muitos dialetos tais como: o cantonês, falado em Cantão, Hong Kong e Macau; o xangainês, em Xangai e arredores; o sichuanês, no centro do país, na região de Sichuan e Chongqing; o hakka, em Fujian, Ainao, Jiangxi, Hong Kong, Taiwan e sudeste do país; o jin, em Shanxi, Hebei, Henan e Shaanxi, e na área central da Mongólia Interior; e o gan, no sudeste da China, e região mais interior.

Como se observa, o idioma falado na China só é oficial pela grande quantidade de chineses que foram para

estes dois países, por atos colonizadores dos ingleses, e lá tiveram suas descendências, que foram significativamente numerosas.

Não se encontra o interesse colonizador por parte dos chineses em qualquer época da História do Mundo, diferentemente dos Europeus Ocidentais e de suas projeções, como assinalou Darcy Ribeiro (*O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil*).

O que é verdadeiro apagar histórico se pode considerar o “Manual do Candidato”, produzido por dois competentes historiadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Paulo Fagundes Vinentine e Analúcia Danilevich Pereira, sobre a “História Mundial Contemporânea (1776-1991) Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética”, com patrocínio (orientação?) do Ministério das Relações Exteriores e da Fundação Alexandre de Gusmão, em 2010 (2ª edição revista e atualizada) em que a China aparece em dois momentos. “A globalização e o mundo único da economia (neo)liberal caracterizariam este “fim da História”, embora a China ainda estivesse em vias de surpreender e as previsões mais otimistas viessem a falhar uma década depois.” E, páginas adiante, descreve a participação do exército na “repressão”, salvando a China do “destino” da URSS, para concluir com a união da China com os EUA.

E esta história, contida neste volume, destina-se a instruir os diplomatas brasileiros!!

Período turbulento

Em julho de 1921 foi fundado um partido nacionalista e marxista que se deu o nome Partido Comunista da China (PCCh). Houve, quatro anos antes, a Revolução Bolchevista implantando o marxismo no Império Russo dos Czares. E há um ano o Partido Popular Mongol (junho de 1920) também nacionalista e inspirado na Revolução soviética russa de Outubro de 1917.

A chegada ao poder, em 1949, do Partido Comunista Chinês se deu numa sequência das agressões europeias (Guerra do Ópio, Revolução Taiping, Rebelião Boxer), do Japão (Guerra Sino-Japonesa) e a proclamação da República (1912), e, ao fim, com defecção de Chiang Kai Shek

que, protegido pelos EUA, se refugiou na ilha chinesa de Taiwan.

Entre 1949 e 1978, a China passou por diversos problemas que foram do debate ideológico com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se considerava com o monopólio do pensamento e interpretação marxista, às agressões estadunidenses e ocidentais, que levaram ao trágico decênio da Revolução Cultural (1966-1976), até a importação capitalista por Deng Xiao Ping (1978-1992), e abertura para instalação de empresas estrangeiras na China.

Nos governos de Zhao Zi Yang (1980-1989) e Jiang Zi Min (1989-2002), a China buscou se encontrar com o mais profundo de seu espírito, pacífico, não escravista, criativo e operoso, respeitando a natureza e a prevalência do ser humano.

Hu Jin Tao (2002-2013) faz então uma síntese maoísta confuciana, que Xi Jin Ping desenvolve com as instituições “Socialistas com Características Chinesas”. No 19º Congresso Nacional do PCCh, o Presidente Xi Jin Ping enunciou:

O socialismo com características chinesas já entrou numa nova era. Neste ano comemorativo do centenário do PCCh, a China declarou solenemente a vitória na erradicação da pobreza extrema e concluiu a primeira meta secular que é a construção completa de uma sociedade moderadamente próspera, além de dar início à segunda meta centenária que é a construção de um grande país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado, harmonioso e belo. O mundo concentra atenção numa China dirigida pelo socialismo com características chinesas na nova era.

Neste 2025, a China encabeça a relação das maiores potências tecnológicas, haja vista ser a única a produzir um “sol” em laboratório com a fusão nuclear, sua conquista espacial trouxe recursos inéditos que permitem antever a caminhada do homem em Marte, e sua indústria poderia dispensar a importação de quase tudo que a sociedade contemporânea exige para a vida segura e confortável. Sua economia já supera a estadunidense e tende a se confirmar como a maior do planeta.

E vai além, com a Organização para a Cooperação de Xangai (2001), a Iniciativa do Cinturão e Rota

(2013) e sua associação aos Brics (2006), a China constrói e mostra o caminho pacífico, igualitário e frutuoso para o mundo melhor, sem escravos, sejam pessoas sejam países, e de futuro mais consistentemente seguro, interdependente.

Não é a liderança surgida das armas nem das farsas e falácias da comunicação; é a liderança de quem construiu a civilização do bem-estar e pacífica, passo a passo, ao longo da sua milenar história.

E aqueles países exemplares até o “fim da história”, que destruíram os Estados comunistas, passaram a ter nas fraudes, na concentração de renda, na corrupção, no fim dos direitos do trabalho e da previdência social pública, na emissão de títulos sem lastro, os novos princípios de governança: o governo do “mercado”.

Assim agiram os EUA e a Europa, especialmente os países integrantes da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Uma década de neoliberalismo financeiro obrigou a proliferação de guerras para sustentação do “mercado”. E estas têm início com a farsa de 11 de setembro de 2001, nos EUA, com a fraude das “armas de destruição de massa no Iraque”, a invasão e a destruição do Estado Líbio, retrocedendo um país em desenvolvimento ao período de guerras tribais, e, em 2013/2014, ao espetáculo circense da Revolução da Praça Maidan (Euromaidan), na Ucrânia, entre outras aventuras bélicas ocidentais, onde se inclui a tragédia dos palestinos pelo genocídio praticado naquele povo pelo Estado de Israel.

No que se refere ao povo, aquele que sempre viveu do trabalho, a “democracia de mercado”, com a ausência de um partido que efetivamente o defende, tem levado o mundo, fora da China, a buscar na direita, numa extrema-direita até fascista, a resposta ao desemprego, à fome, às doenças, à miséria e à falta de expectativa futura. Tudo passa a ser aqui e agora, pois o amanhã, para os que não compõem a plutocracia dominante, nem é uma incógnita, e a certeza de não encontrar um estágio civilizatório como já houve no período da bipolaridade capitalista x socialista.

Pedro Augusto Pinho
é administrador aposentado.

Monitor Mercantil



Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



Monitor Mercantil S/A
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Trump afaga mercado com supervisora 'light' no Fed

O presidente Trump nomeou Michelle Bowman para ser vice-presidente de supervisão do Federal Reserve (o Banco Central dos EUA). A ação de Trump será bem-vinda em Wall Street, já que Bowman se enquadra entre os que defendem supervisão bem "light" do mercado. Michael Barr, nomeado por Joe Biden que recentemente deixou o cargo, defendia posições duras e era criticado pelas instituições financeiras.

Em comunicado divulgado nesta segunda-feira (17), Bowman afirmou que, se confirmada sua nomeação, promoverá "um sistema bancário seguro e sólido por meio de uma abordagem pragmática à supervisão e regulamentação com uma estrutura regulatória bancária transparente e personalizada que incentive a inovação. Aproveitarei minha experiência prática como banqueira, reguladora bancária e membro do Conselho para enfrentar os desafios futuros. Estou ansiosa para trabalhar com meus colegas nas outras agências e meus colegas do Conselho para apoiar uma economia crescente nos EUA e prosperidade para todos os norte-americanos".

E ainda tem gente que acredita que Trump é contra o establishment.

Gás natural e os desafios do RJ

Ciclo de seminários debaterá a geopolítica do gás natural e o impacto na reindustrialização do Brasil, a partir de 1º de abril. "Uma Nova Geopolítica para as Cadeias Produtivas do Gás Natural: Desafios e Oportunidades para a Reindustrialização Brasileira e Impactos sobre o Rio de Janeiro" ocorrerá entre abril e maio de 2025, com sessões quinzenais de 2 horas, no Instituto de Economia da UFRJ.

Especialistas abordarão os impactos da reestruturação global, as mudanças nas cadeias produtivas de óleo e gás e o papel do gás natural na transição energética. Detalhes em cbae.ufrj.br/2025/03/13/ciclo-de-seminarios-debate-geopolitica-do-gas-natural-e-impacto-na-reindustrializacao-do-brasil

Cortez volta a presidir IAB

Os sócios do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) elegeram, nesta segunda-feira (17), Rita Cortez como presidente da entidade para o triênio 2025-2028. A advogada, que já presidiu a Casa de Montezuma por 2 mandatos, entre 2018 e 2022, recebeu 481 votos; Carlos Eduardo Machado recebeu 456 votos.

Rápidas

O Estúdio Escola de Animação está com inscrições abertas até 30 de março para projeto gratuito, de 7 meses, destinado a jovens de 16 a 24 anos, moradores da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. São 45 vagas. Inscrições: estudioescola.com.br/regulamento-cea-2025 *** O Lecadô iniciou uma parceria para ser o fornecedor oficial de salgados – a começar pela tradicional coxinha – para jogos e eventos nacionais e internacionais do complexo esportivo do Maracanã e Maracanãzinho, em todos os 50 bares do complexo *** Nesta sexta-feira, 17h, o Shopping Jardim Guadalupe promove mais uma edição do "Ritmos do Guada" *** Neste sábado, 19h, o West Shopping recebe mais uma voz feminina para celebrar o Mês da Mulher – a cantora Ingrid Muller *** O Rock 80 Festival, 22 e 23 de março na Quinta da Boa Vista, promoverá edição especial em homenagem ao Saint Patrick's Day. Informações: Instagram @rock80festival

IR acima de R\$ 50 mil financiará isenção até R\$ 5 mil

Com um impacto previsto de R\$ 25,84 bilhões sobre os cofres do governo federal em 2026, o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para R\$ 5 mil será financiado por meio da taxa de cerca de 141,3 mil pessoas que ganham mais de R\$ 50 mil por mês. O governo também pretende tributar a remessa de dividendos para o exterior, em qualquer valor e apenas quando o dinheiro for destinado a cidadãos estrangeiros.

Segundo a Agência Brasil, as medidas constam do projeto de lei da reforma do Imposto de Renda, enviado nesta terça-feira ao Congresso Nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ressaltou que a proposta terá impacto neutro sobre a arrecadação do governo, apenas redistribuindo a renda. "É um projeto equi-

Imposto final a pagar (R\$)	Renda mensal	Desconto (%)	Imposto sem desconto (R\$)
R\$ 5 mil	100%	R\$ 312,89	R\$ 0
R\$ 5,5 mil	75%	R\$ 436,79	R\$ 202,13
R\$ 6 mil	50%	R\$ 574,29	R\$ 417,85
R\$ 6,5 mil	25%	R\$ 711,79	R\$ 633,57
R\$ 7 mil	0%	R\$ 849,29	R\$ 849,29

Fonte: Ministério da Fazenda

Acima de R\$ 7 mil, a tabela progressiva do Imposto de Renda será aplicada normalmente. Atualmente, a isenção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física beneficia apenas quem ganha até R\$ 2.259,20.

"Essa é a primeira reforma da renda significativa do país porque mexe numa ferida social de longa data. A todo instante, lembramos que o Brasil figura entre as dez maiores economias do mundo, mas também figura entre as dez mais desiguais", disse Haddad na apresentação do projeto.

Quem pagará mais

A tributação sobre altas rendas, ressaltou o Ministério da Fazenda, atingirá apenas 0,13% dos contribuintes e apenas 0,06% da população. Essa parcela paga somente 2,54% de alíquota efetiva média de Imposto de Renda porque a maior parte dos rendimentos é isenta. Enquanto isso, o trabalhador com carteira assinada tem, em média, 69,18% da renda tributada com alíquota de até 27,5% de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

librado do ponto de vista fiscal e que busca a justiça social. Com ele, não se pretende arrecadar mais nem arrecadar menos. Com ele, se pretende fazer justiça, garantir que as famílias até essa faixa de renda possam ter até o final do mês um alento, um aconchego maior", declarou o ministro na cerimônia de assinatura do projeto, no Palácio do Planalto.

Aumento da isenção

Caso seja aprovada pelo Congresso, a proposta valerá apenas a partir de 2026. O governo pretende não apenas elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil como conceder um desconto parcial para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil por mês.

A tabela do Imposto de Renda ficará da seguinte maneira a partir do próximo ano:

"Sabemos que o Brasil cobra Imposto de Renda na fonte, no trabalho, mas não cobra sobre o capital. Nós focamos [com a reforma do Imposto de Renda] em quem não paga imposto, ou em quem paga muito pouco imposto, que está entre o 0,2% mais rico da sociedade. Não estamos falando de 10% da população, mas de um quinto de 1% da população afetada por esse projeto, condizente com o que paga um trabalhador comum", disse Haddad.

Serão atingidas pelo Imposto de Renda mínimo as seguintes pessoas:

- apenas 141 mil contribuintes (0,13% de quem paga IRPF);
- rendimento superior a R\$ 600 mil por ano, que hoje pagam alíquota efetiva média de apenas 2,54%;
- passarão a ter alíquota efetiva média de apenas 9%;
- não é imposto novo, apenas nível mínimo para o IRPF.

Tributação para altas rendas

Em relação à tributação

para altas rendas, o cálculo será feito da seguinte forma. Primeiramente, a Receita Federal somará toda a renda recebida no ano. O cálculo considera: salário; aluguéis; dividendos; e outros rendimentos.

Se essa soma for menor que R\$ 600 mil anuais (R\$ 50 mil mensais), não há cobrança adicional. Se ultrapassar esse valor, aplica-se uma alíquota gradual que chegará a 10% para quem ganha R\$ 1,2 milhão ou mais por ano (R\$ 100 mil mensais).

Na hora de calcular o valor do imposto devido, rendimentos isentos por lei ou pela Constituição ou rendi-

mentos com imposto retido na fonte serão excluídos, como: salários, aluguéis, honorários e outras rendas com IR retido na fonte; ganhos com poupança; títulos isentos; herança; aposentadoria e pensão de moléstia grave; ganhos de capital na venda de bens (como imóveis que se valorizaram); indenizações; outros rendimentos mobiliários isentos.

Após todas as deduções feitas, o imposto mínimo a pagar será calculado com base numa fórmula matemática que deduz o valor mínimo de R\$ 600 mil por ano e aplica uma alíquota gradual. Alguns exemplos de tributação para a alta renda:

Renda anual	Cálculo da alíquota mínima	Alíquota final (%)	Imposto mínimo a pagar (R\$)
R\$ 600 mil	(600 mil – 600 mil) / 600 mil x 10%	0%	Nada
R\$ 700 mil	(750 mil – 600 mil) / 600 mil x 10%	2,5%	R\$ 18,75
R\$ 900 mil	(900 mil – 600 mil) / 600 mil x 10%	5%	R\$ 45 mil
R\$ 1,05 milhão	(1,05 milhão – 600 mil) / 600 mil x 10%	7,5%	R\$ 78,75 mil
R\$ 1,2 milhão	(750 mil – 600 mil) / 600 mil x 10%	10%	R\$ 120 mil

Fonte: Ministério da Fazenda

Os dividendos – parcela do lucro das empresas distribuídas aos acionistas – passarão a pagar 10% de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) se a soma for superior a R\$ 50 mil por mês. A remessa de dividendos ao exterior também pagará 10% de IRRF, sobre qualquer valor, mas, nesse caso, o desconto será feito apenas a pessoas físicas e empresas domiciliadas em outros países. Desde a década de 1990, os dividendos são isentos de Imposto de Renda.

Haverá a garantia de que a tributação efetiva da empresa, somada à tributação mínima sobre o dividendo da pessoa física não será superior a: -34% nas empresas não financeiras; 45% nas empresas financeira.

Se ultrapassar, haverá restituição ou crédito da declaração de ajuste anual da pessoa física. Nesse caso, a alíquota efetiva de dividendos poderá ficar menor que 10% com a devolução de parte do IRRF no ano seguinte.

Trabalhadores com carteira

O imposto mínimo considera o que já foi pago. Se um contribuinte com R\$

1,2 milhão anuais pagou 8% de IRPF, terá que pagar apenas mais 2% para atingir os 10%. Se um contribuinte com R\$ 2 milhões já pagou 12% de IRPF, não pagará nada a mais. A medida, portanto, não pune o trabalhador com carteira assinada de alta renda que tem o Imposto de Renda descontado na fonte e entrega a declaração de ajuste todos os anos.

Informais que recebem por Pix

Em relação aos informais ou a trabalhadores informais ou trabalhadores formais que fazem bico e recebem por Pix, o Ministério da Fazenda esclarece que nada mudará, mesmo se a renda total mensal ultrapassar os R\$ 50 mil. Segundo a pasta, não haverá tributação adicional sobre esse valor porque a nova regra não afeta salários, honorários, aluguéis ou outras rendas já tributadas na fonte. Na prática, quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês só será afetado se parte significativa desse valor vier de rendimentos isentos, como dividendos.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

Águas de Votorantim S.A.
CNPJ nº 14.192.039/0001-62 - NIRE 35300412371
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2025
Às 09h de 24/02/2025, na sede social da Companhia, **Presença:** presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, **Deliberações:** Aprovar a celebração, como Cliente, do Contrato de Financiamento, bem como do Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças nº 14.2.1254.2 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinado à expansão, modernização e melhorias operacionais dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, implantação de um sistema de tratamento de lodo e investimentos em estudos e projetos e desenvolvimento institucional no município de Votorantim, no valor de R\$ 54.390.000,00, no prazo total de 180 meses, nos termos e condições constantes na Decisão do Comitê de Crédito e Operações - CCOp do BNDES nº 235/2024, de 30/12/2024. Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Votorantim, 24/02/2025. **Carlos Eduardo Tavares de Castro** - Presidente; **Pedro Miguel Cardoso Alves** - Secretário. **JUCESP** nº 89.449/25-3 em 10/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.



CULTURA & VARIEDADES

Philippe Deschamps
Jornalista e mestre em
Administração de Empresas

A Guerra do Vietnã como nunca vimos

O próximo mês de abril marca os 50 anos da tomada de Saigon (atual Ho Chi Minh) pelos norte-vietnamitas, encerrando quase duas décadas de Guerra do Vietnã. Os números históricos não são exatos, mas estima-se que o conflito deixou cerca de 2 milhões de mortos, incluindo 58 mil militares americanos. O confronto é até hoje um dos mais documentados da humanidade, muito por causa da entrada dos EUA na guerra, em 1965, quando a tecnologia já havia avançado bastante em relação ao maior conflito até então registrado, a Segunda Guerra Mundial.

A diferença é que no Vietnã a cobertura se deu em tempo real, com um grande número de cinegrafistas acompanhando de perto as batalhas: na selva, nos helicópteros, nas ruas e nas vilas camponesas – literalmente dentro do conflito. O confronto no Sudeste Asiático é considerado “a guerra do jornalismo”, quando a imprensa teve papel fundamental para encerrar um conflito que os EUA, mesmo aniquilados, insistiam em continuar. A cobertura de repórteres como Seymour Hersh ajudou a expor isso. Foi o trabalho de Hersh, por exemplo, que revelou o massacre na aldeia de My Lai em 1968. A tentativa de encobrir a chacina de cerca de 500 civis foi publicada pelo repórter americano em 1969, na agência de notícias Dispatch News Service. Republicada depois em vários veículos, a reportagem lhe rendeu o prêmio Pulitzer em 1970.

Os dez anos de guerra com a participação americana (de 1965 a 1975) geraram uma enormidade de material audiovisual, já usado em outros documentários, mas não da maneira como vimos agora, em *Vietnã: A Guerra que Mudou os EUA*, minissérie documental em seis episódios de cerca de 40 minutos, lançada agora pela Apple TV+. Dirigida por Rob Coldstream, os capítulos têm a narração dramatizada de Ethan Hawke e foco total nas pessoas que estiveram na linha de frente do combate, incluindo não apenas americanos, mas também vietnamitas militares e civis.

Esses personagens vão contando a história em ordem cronológica, e tudo é coberto por imagens captadas entre tiroteios, explosões e muita tensão. As entrevistas têm uma enorme carga emocional, e a minissérie promove encontros entre militares que não se viam há 50 anos – como um piloto de helicóptero que resgatou um oficial americano abatido na imensidão da selva vietnamita.

O documentário não é parcial e mostra algumas atrocidades perpetradas pelos americanos. Os soldados contam o que faziam, e os fatos são confirmados com declarações das vítimas. O uso de drogas pelos combatentes e uma rotina de planos dos soldados americanos para matar oficiais dos EUA também são revelados sem filtros.

Ver as imagens cruas do conflito tão de perto nos faz lembrar que aqui no Brasil também tivemos a participação de alguns jornalistas que cobriram o conflito in loco. Um deles foi o paulista José Hamilton Ribeiro. Em 1968, aos 32 anos, ele foi enviado pela revista *Realidade* para cobrir a guerra. A publicação, da editora Abril, foi uma das mais importantes revistas de reportagens da nossa imprensa e circulou entre 1966 e 1976.

Para ser correspondente no Vietnã, o jornalista precisava se credenciar junto ao Centro de Imprensa do Governo do Vietnã do Sul e, depois, no Comando de Assistência Militar ao Vietnã dos Estados Unidos. Feito isso, José Hamilton teve que se apresentar a uma base militar para trabalhar ao lado das tropas americanas. Quando digo “ao lado” é literalmente isso. O repórter ia junto nas incursões, sempre ladeado por um cinegrafista japonês que ele contratou no local.

Em uma dessas missões, o jornalista seguia logo atrás de um soldado, fazendo o mesmo caminho do recruta para evitar pisar onde não devia. Não deu muito certo. Hamilton pisou numa mina e teve o pé e parte da perna esquerda arrancados. Quando a fumaça se dissipou, ainda sem saber o que tinha acontecido, ele viu o soldado vindo em sua direção com um cigarro para lhe dar: “Sentia na boca um gosto ruim, como se tivesse engolido um punhado de terra, pólvora e sangue – hoje eu sei, era o gosto da guerra”, lembrou o jornalista. O fotógrafo Kei Shimamoto fez então o registro de seu colega desfalecendo no chão, e a foto ganhou a capa da revista.

Esse relato fantástico do repórter foi publicado originalmente na revista *Realidade* em maio de 1968. Um ano depois, o livro *O Gosto da Guerra* ampliou o alcance da história. Ano passado, depois de duas outras reedições, uma nova versão, revista e ampliada, foi lançada com o título *O Gosto da Guerra – e outras reportagens da revista Realidade*, incluída na coleção de jornalismo literário da Companhia das Letras. Parte do que conto aqui foi extraído do livro.

Depois de longa recuperação no Vietnã, José Hamilton Ribeiro voltou para o Brasil e seguiu trabalhando em vários veículos de imprensa. Ganhou sete prêmios Esso e segue hoje, vivíssimo, aos 89 anos, morando em Uberaba (MG). Mais de 60 jornalistas de diversas nacionalidades não tiveram a oportunidade de voltar para casa e acabaram morrendo no Vietnã.

Como diz José Hamilton Ribeiro, “guerra é ruim, mas sem repórter é pior”. O documentário e o livro que recomendamos aqui deixam isso mais claro do que nunca.

Empresas inadimplentes do sudeste sanaram 32,2% das dívidas negativadas em outubro

O Indicador de Recuperação de Crédito da Serasa Experian revelou que, do total de dívidas das empresas negativadas em outubro no Sudeste do país, 32,2% foram renegociadas ou pagas em até 60 dias do mês de referência, ou seja, até dezembro.

Os dados também mostraram que o Espírito Santo obteve o melhor desempenho da região (54,9%%), apesar da queda de 3,6 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2023.

São Paulo registrou o menor índice (25,1%), o que representou queda de 16,7 pontos percentuais em relação a outubro de 2023.

No cenário nacional, o indicador apontou que as empresas brasileiras quitaram, em outubro de 2024, 38,0% das dívidas negativadas em até 60 dias após o mês de referência, ou seja, até dezembro. O resultado representa uma queda de 12,5 pontos percentuais em relação a outubro de 2023, quando o índice foi de 50,5%.

“O ambiente restritivo de juros impactou a capacidade das empresas de regularizar suas dívidas. Desde agosto houve uma redução na recuperação de crédito, isso sinaliza a necessidade de estratégias mais eficazes de renegociação. Na ausência de acesso a linhas de financiamento – seja pela disponibilidade ou pelo custo – a extensão do prazo de pagamento pode ser uma alternativa”, analisa a economista da Serasa Experian, Camila Abdelmalack.

Entre os diferentes valo-

res de dívida, as de até R\$ 500 foram as mais regularizadas, com 49,2% de pagamentos.

A análise por setor revelou que “Utilities” foi o segmento que recuperou mais crédito (45,0%), seguido por “Varejo” (44,4%).

No recorte por Unidades Federativas (UFs) o melhor percentual de recuperação de crédito foi registrado pelas empresas do Piauí (62,9%). Em seguida, destacaram-se as empresas do Espírito Santo (54,9%) e Maranhão (53,7%).

Psicanalista alerta para afastamentos de trabalho por saúde mental

O Brasil, sem dúvida, está vivendo uma verdadeira “epidemia” de problemas relacionados à saúde mental e o que comprova isso, é a onda crescente, nos últimos dez anos, do número alarmante de afastamentos laborais devido a transtornos mentais, especialmente ansiedade e depressão. Esse crescimento reflete não apenas a intensificação dos fatores de estresse no ambiente de trabalho, mas também uma maior conscientização sobre o adoecimento psíquico e seus impactos na produtividade e bem-estar dos trabalhadores.

Segundo dados do próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 2014, aproximadamente 203 mil trabalhadores foram afastados devido a transtornos relacionados à saúde mental, como episódios depressivos, transtornos de ansiedade e reações ao estresse grave.

Já em 2024, esse número ultrapassou 440 mil afastamentos, representando um aumento de mais de 100% na última década.

Especificamente, os afastamentos por transtornos de ansiedade cresceram mais de 400% no período,

passando de cerca de 32 mil casos registrados em 2014 para mais de 141 mil em 2024. Já os episódios depressivos, uma das principais causas de afastamento, praticamente dobraram, atingindo mais de 113 mil casos no último ano.

Os consultórios psicológicos e psiquiátricos, após a pandemia do Covid-19, registraram uma busca maior por atendimentos. Isso evidencia uma maior conscientização sobre os transtornos psicológicos, reduzindo o estigma e o tabu em torno do tema. O que também contribuiu para elevação dos casos, uma vez que, mais trabalhadores começaram a buscar diagnósticos e tratamentos, refletindo no aumento dos registros formais de afastamento.

Andrea Ladislau, psicanalista lembra que os estudos mostram que, os maiores vilões do bem-estar laboral, dentre outros, são a ansiedade, o Burnout e a depressão.

Fatores

Para a especialista, as causas para essa onda crescente de afastamentos pode estar relacionada à vários fatores,

como: resistência à mudanças corporativas; ambiente de trabalho tóxico; excesso de pressão; insegurança do próprio mercado de trabalho – medo do desemprego; excesso de telas e conectividade por conta do avanço tecnológico; vida acelerada; falta de rotina; excesso de atividades; pouca qualidade de vida e falta de foco e disciplina.

“Como consequência, o crescimento expressivo dos afastamentos tem impactos significativos para as empresas e reflete a baixa produtividade, maior rotatividade de funcionários e o aumento de despesas com afastamentos e tratamentos médicos”, diz Andrea.

Segundo Adriano Jeremias, mentor e especialista em vendas, as pessoas têm relatado sentimentos de isolamento, estresse e se demonstram muito sobrecarregadas com as demandas de trabalho, especialmente aquelas que têm filhos ou outros cuidados familiares.

“Algumas ainda sentem que suas empresas não estão oferecendo recursos suficientes ou não estão levando a saúde mental a sério o suficiente, outras relatam sentir-se estigmatizadas por falar sobre problemas

de saúde mental no trabalho ou ter medo de pedir ajuda devido à preocupação com o impacto em suas carreiras”, destaca.

Para Andrea, nesse sentido, se faz necessário a adoção de medidas preventivas para reduzir os afastamentos por transtornos mentais e promover um ambiente corporativo mais saudável, através da implantação de políticas internas mais flexíveis que promovam o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Enfim, o reflexo negativo do aumento dos afastamentos de trabalho por problemas relacionados ao adoecimento emocional, afeta muitas pessoas pelo mundo.

“E quando falamos de pessoas, precisamos estimular a empatia para compreender que somos humanos e tudo que não é resolvido na mente, certamente, irá se refletir no corpo físico e irradiar, de forma desequilibrada, nas conexões humanas. Tudo isso só reforça o fato de que a saúde mental no trabalho não pode ser negligenciada e que existe uma necessidade urgente de ações concretas para garantir ambientes profissionais mais saudáveis e sustentáveis”, finaliza Andrea.

Viaflow cresce 36% em receita e fatura R\$ 14 milhões em 2024

O mercado de hiper automação no Brasil está em franco crescimento. Dados do Gartner revelam que, até o fim deste ano, pelo menos 50% das grandes empresas nacionais terão adotado tecnologias da área em sua operação. Acompanhando esse movimento de mercado, a Viaflow conquistou um aumento de 36% de receita em 2024. Com isso, a empresa que é referência em transformação de negócios atingiu mais de R\$ 14

milhões em faturamento e um Ebitda de 22% no ano.

Esses resultados positivos são ainda mais expressivos para a fundadora e CEO da Viaflow, Grazielle Rossato, em virtude dos desafios do ano anterior, quando a empresa precisou reavaliar sua estrutura, reduzir custos e otimizar e automatizar processos para recuperar sua competitividade.

“Em 2023, reestruturamos nossas áreas para fomentar maior colaboração,

agilidade e criatividade, sempre focando no cliente. Com o apoio de consultorias especializadas em estratégia, comercial e produtos/serviços, preparamos o terreno para um 2024 promissor. Com todos esses investimentos, acreditamos que 2025 será um ano de crescimento e expansão. Estamos prontos para os novos desafios”, explica a CEO.

O segundo semestre trouxe um novo impulso. Com sinais de recuperação

no mercado e processos mais ágeis, a Viaflow ampliou sua equipe em 20%, acompanhando o crescimento da demanda e garantindo a qualidade dos serviços prestados. Além disso, implementou o Upflow, um índice interno que valoriza os profissionais e reconhece seu impacto no crescimento da empresa. O reflexo desse movimento foi a alta participação na pesquisa GPTW (Great Place to Work), atingindo 93% de adesão e uma nota de 92.

COMPANHIA DE TRANSPORTES COMERCIAL E IMPORTADORA

CNPJ 33.015.124/0001-08 - NIRE 33.3.0015932-1

CONVOCAÇÃO: Ficam convidados os acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária em primeira convocação no dia 24.04.2025 às onze horas na Praça Saens Pena 45 sobreloja 228, sede da Empresa, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: A) Exame do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração da Conta de Resultado e Outras demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31.12.2024; B) Fixação da remuneração dos Diretores para o exercício de 2025; C) Assuntos Gerais. Aviso – Artº 133, Lei 6404/76: Acham-se a disposição dos acionistas na sede social, todos os documentos sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo. Ficam suspensas a partir de 14.03.2025 as transferências de ações. Rio de Janeiro 13 de março de 2025. Ass. Nelson Heggendorf de Seixas – Diretor Presidente.

Friopart Armazéns Frigoríficos Ltda

CNPJ/MF nº 14.605.065/0001-75

Regulamento Interno

A sociedade empresária **Friopart Armazéns Frigoríficos Ltda.** (doravante FRIOPART), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.605.065/0001-75, com sede e foro na cidade de Jandira, estado de São Paulo, na Via de Acesso João de Góes, nº 1.701, Térreo, CEP 06612-000. **Estabelece** as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias para a Matriz e todas as suas filiais localizadas em território nacional da seguinte forma: Artigo 1º. A FRIOPART e todas as suas filiais localizadas em território nacional com armazéns para cargas congeladas, resfriadas, líquidas e secas, receberá em depósito mercadorias nacionais, guardando-as e conservando-as, exceto aquelas de natureza agropecuária. Parágrafo Único: Serviços acessórios serão executados desde que possíveis e desde que não sejam contrários às disposições legais. Artigo 2º. A juízo da decisão, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: a) quando não houver espaço suficiente para seu armazenamento; e b) se, em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas. c) mercadorias deterioradas, exceto relacionadas aos serviços de descarte de produtos de origem animal e vegetal, desde que acompanhados do termo de descarte do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SIF; d) mercadorias impróprias para o armazenamento; e) mercadorias em acondicionamento precário ou que impossibilite sua regular conservação; f) mercadorias não acompanhadas da documentação fiscal correspondente; Parágrafo Primeiro: Sempre será admitida a abertura dos invólucros pelo fiel depositário ou seu preposto, na presença do depositante, ou de quem o represente, para verificação prévia das mercadorias, que poderão ser recusadas nos casos acima, ou ainda quando se constatar qualquer falsidade ou ilegalidade. Parágrafo Segundo: Nos casos de mercadorias contidas em invólucros invioláveis, a “FRIOPART” não se responsabilizará pela natureza, tipo, quantidade e estado das mercadorias, ficando a autenticidade da indicação contida nos mesmos sob inteira responsabilidade do depositante. Não será admitida a emissão de títulos nesses casos. Parágrafo Terceiro: O depositante ou quem o represente poderá examinar as mercadorias depositadas e conferir amostras, nos seguintes termos e condições: a) Horário comercial (9:00 às 17:00 horas); b) Mediante prévio agendamento e com o acompanhamento do fiel depositário ou de seu preposto; Artigo 3º. A responsabilidade pelas mercadorias em depósito cessará nos casos de alterações de qualidade provenientes da natureza ou do acondicionamento daquelas, bem como por força maior. Artigo 4º. Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, do seu procurador ou do seu preposto e será dirigida à “FRIOPART”, que emitirá um documento especial (denominado Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. Parágrafo Primeiro: Serão devidamente controladas as retiradas parciais de mercadorias, durante o curso do depósito. Parágrafo Segundo: O recibo deverá ser restituído pelo depositante à “FRIOPART” contra a entrega da mercadoria e/ou dos títulos, nos termos do Decreto nº. 1.102/1903. Artigo 5º. O preço do depósito será cobrado de conformidade com a Tabela de Tarifas. Parágrafo Primeiro: A FRIOPART não estabelecerá preferências, favores ou abatimentos nos preços fixados nas tarifas para qualquer depositante. Parágrafo Segundo: Caberá à FRIOPART realizar o enquadramento das mercadorias para fins de cobrança das tarifas de armazenagem e serviços acessórios. Artigo 6º. As indenizações prescreverão em três meses, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ter sido entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado. Artigo 7º. O inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto nº 1.102/1903. Condições Gerais: Os seguros e as emissões de warrants serão regidos pelas disposições do Decreto nº 1.102/1903. O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns e também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes da praxe comercial, desde que não contrários à legislação vigente. Jandira/SP, 07 de agosto de 2017. **Friopart Armazéns Frigoríficos Ltda. - Marcos Galeli Starace Fonseca** - Sócio Administrador/ Fiel Depositário.

TARIFA REMUNERATORIA - ARMAZÉM GERAL

A sociedade empresária **FRIOPART ARMAZÉNS FRIGORÍFICOS LTDA.** (doravante FRIOPART), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.605.065/0001-75, e NIRE 3522608454-9, com sede e foro na cidade de Jandira, estado de São Paulo, na Via de Acesso João de Góes, nº 1701, Térreo, CEP 06612-000. Estabelece os valores de todos os serviços relacionados à atividade de Armazém Geral para a Matriz e todas as suas filiais localizadas em território nacional da seguinte forma: **SERVIÇOS - PREÇOS POR kg (R\$) - PREÇOS POR PALLET:** ARMAZENAGEM (Saldo Inicial + Entradas) - R\$ 0,1200 - R\$ 120,00; Carga - R\$ 0,018 - R\$ 18,20; Descarga - R\$ 0,018 - R\$ 18,20; Seguro Ad Valorem/Incêndio - 0,34% - 0,34%; Separação de Pedido - R\$ 0,040 - R\$ 40,00; Congelamento - R\$ 0,080 - R\$ 80,00; Recuperação de Frio - R\$ 0,050 - R\$ 50,00; Cross-Docking - R\$ 0,120 - R\$ 120; Energia Elétrica - R\$ 10,00 por hora; Filme Stretch - R\$ 0,010 - R\$ 10,00; Paletização - R\$ 0,038 - R\$ 38,00; ISS - 2,00% - 2,00%. São Paulo/SP, 07 de agosto de 2017 **Friopart Armazéns Frigoríficos Ltda - Marcos Galeli Starace Fonseca** - CPF/MF 309.818.798-02. Augusto de Castro Pellegrini - Leonardo Maturo Marques da Cruz - Diretores. Jucesp nº 443.637/17-9 em 26/09/2017. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

CNPJ/MF nº 09.114.805/0001-30 - NIRE 333.0031011-8

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2025

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Reunião realizada remotamente por meio digital, nos termos da Cláusula 28, §2º do Estatuto Social da OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“**Companhia**”), no dia 10 de março de 2025, às 11hs. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensadas todas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Presentes, ainda, a convite do Presidente, o Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, Eduardo de Toledo. **3. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Luis Antonio Gomes Araujo, que convidou o Sr. Thiago Borges Paes de Lima para secretariá-lo. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) o novo Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral; (ii) o novo Programa de Remuneração Baseado em Ações da Companhia; (iii) a celebração de contrato de remuneração com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia; (iv) a proposta de remuneração global anual da administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral, nos termos do art. 152 da Lei das S.A.; e (v) a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 10 de abril de 2025, às 14 horas. **5. DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva: (i) Aprovar a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia do Segundo Plano de Remuneração Baseado em Ações da OceanPact (“**Segundo Plano**”), em bases semelhantes às do plano aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia no dia 07.12.2020 e aditado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia no dia 25.04.2024 (“**Primeiro Plano**”), para disciplinar a concessão de ações e a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite total adicional (e sem prejuízo do limite remanescente do Primeiro Plano) de 3% (três por cento) do capital social da Companhia na data da concessão das ações e/ou outorga de opções objeto do Segundo Plano, conforme material apresentado ao Conselho de Administração, que ficará arquivado na sede da Companhia; (ii) Aprovar, no âmbito do Primeiro Plano – até o respectivo limite remanescente de ações a serem concedidas/outorgadas no Primeiro Plano –, bem como do Segundo Plano, o Quarto Programa de Remuneração Baseado em Ações da Companhia, conforme material apresentado ao Conselho de Administração, que ficará arquivado na sede da Companhia (“**Quarto Programa**”); (iii) Aprovar, no âmbito do Quarto Programa, a celebração de um novo contrato de remuneração entre a Companhia e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Eduardo de Toledo, a fim de definir a remuneração e disciplinar a concessão de ações e a outorga de opções de compra de ações para o seu próximo mandato, conforme material apresentado ao Conselho de Administração, que ficará arquivado na sede da Companhia; (iv) Aprovar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025, no montante total de até R\$ 27.096.877,83 (vinte e sete milhões, noventa e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e três centavos), assim como a sua submissão à Assembleia Geral; e (v) Aprovar a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 10 de abril de 2025, às 14 horas, para deliberar sobre (a) as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, (b) o montante global da remuneração anual dos administradores e (c) o Segundo Plano. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, com relação à qual, após lida e achada conforme, todos os presentes manifestaram a sua concordância nos termos da Cláusula 7.6 do Regimento Interno do Conselho de Administração, o que certificam os ora signatários. Conselheiros presentes: Ana Maria Siqueira Dantas, Fabio Schvartsman, Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade, Felipe Nogueira Pinheiro de Andrade, Luis Antonio Gomes Araujo e Luis Claudio Rappapini Soares. **Confere com o original, lavrado em livro próprio.** Rio de Janeiro, 10 de março de 2025. **Thiago Borges Paes de Lima** - Secretário. Jucefja nº 6870551, em 18/03/2025. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

Magazine Luiza (MGLU3): resultado do 4T24, dinâmicas e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 4T24 do Magazine Luiza com Júlio Vieira, gestor e contribuidor do TC.

Qual a sua avaliação sobre o resultado do 4T24 e de 2024 do Magazine Luiza?

Nós podemos dividir o resultado do Magazine Luiza entre a parte operacional e a parte financeira. Na parte operacional, existe uma melhora significativa quando olhamos a geração de caixa e quanto desse Ebitda foi para o fluxo de caixa operacional. Por exemplo, quando se compara o Ebitda fechado de 2023 com 2024, quase 50% desse resultado foi para o caixa operacional, sendo que no 4T24 quase 90% do resultado operacional foi convertido. Além de isso ter ajudado na redução do endividamento como um todo, os custos da operação diminuíram bastante, tanto que vimos um aumento de margem.

Com relação à parte financeira, o Magazine Luiza teve uma redução do custo financeiro, que é um importante catalisador para os resultados da empresa. Para que você tenha uma ideia, para cada aumento ou redução de 1 ponto percentual da Selic, estima-se que o impacto no lucro líquido da companhia seja de 14%, 15%, ou seja, nós podemos estimar uma descompressão da margem líquida na medida em que ocorra uma redução do prêmio de risco no Brasil. Isso também ocorre com as expectativas, pois quando o cenário macro começa a ficar favorável, como o fim de um ciclo de alta da Selic, nós conseguimos enxergar o Magazine Luiza renegociando sua dívida e trazendo um custo de carregamento mais barato, o que, obviamente, tem um impacto positivo no lucro.

Nos últimos quatro anos, a companhia queimou bastante caixa, e ainda queimou no 4T24, mas já há uma melhora significativa na parte operacional e na redução do impacto financeiro do custo de carregamento da sua dívida.

Quando sai um resultado do Magazine Luiza, quais são os primeiros números que você analisa?

De um modo geral, os varejistas operam com uma estrutura de capital muito pressionada, já que eles trabalham com estoques e vendas a prazo. Por exemplo, quando um varejista vende uma geladeira a prazo, por mais que essa venda seja reconhecida como receita em dzero, ela não entra no caixa da empresa de imediato. É por isso que, a cada trimestre, eu gosto muito

de olhar a relação entre o que foi vendido e o que foi trazido para o caixa, já que, historicamente, os varejistas sempre operaram com capital espremido.

Além disso, é muito interessante olhar a margem bruta para entender se a companhia está lucrando bem com as vendas e para avaliar se ela vai ter uma dinâmica de margens favorecida nos próximos trimestres. Outro ponto é o capital de giro, já que o ativo operacional menos o passivo operacional tem que ser positivo, de forma a que haja uma sobra de caixa no final do período analisado.

Em 2021, as ações do Magazine Luiza fecharam o ano acima de R\$ 230. Hoje, elas são negociadas próximas a R\$ 10. Comparando os números de 2021 com 2024, as vendas totais, receita bruta e líquida, lucro bruto, margem bruta, Ebitda e margem Ebitda são maiores, sendo que lucro líquido e margem líquida são menores. O que aconteceu para que as ações do Magazine Luiza derretessem dessa forma? Foi realmente a macroeconomia?

Primeiramente, vale mencionar que nós saímos de um ciclo de baixa de juros na pandemia para um ciclo de alta no pós-pandemia, o que gerou um impacto direto no aumento do custo de capital e de carregamento, e no lucro da empresa, já que o Magazine Luiza, assim como boa parte das empresas no Brasil, têm seus endividamentos atrelados ao CDI.

Além disso, nós também vimos uma piora no operacional do Magazine Luiza, pois por mais que as receitas subissem, as despesas também subiam de forma proporcional, o que fez com que sobrassem poucos recursos para o fluxo de caixa e os acionistas, além de fazer com que a compra de novos estoques ficasse nebulosa.

Outro ponto é com relação ao valuation. Como o mercado estava pagando um prêmio muito alto pelo Magazine Luiza, ele exigia uma perfeição nos seus resultados e uma perspectiva mais perene de crescimento de lucros. O problema é que, em 2021, o Magazine Luiza voltou a queimar caixa e anunciou um aumento de capital, o que passou uma mensagem menos clara sobre a sua governança, o que fez com que o mercado penalizasse bastante a empresa.

Mas esses problemas operacionais aconteceram apenas com o Magazine Luiza ou também com outros varejistas?

Não foi apenas com o Magazine Luiza. Por exemplo, se pegarmos as Casas Bahia, antiga Via Varejo,

Divulgação TC



Júlio Vieira

ela também enfrentou o mesmo problema, só que o Magazine Luiza tinha uma estrutura de capital mais robusta que as Casas Bahia. Independente disso, todos os varejistas, de uma forma geral, sofreram bastante com problemas operacionais.

Qual a sua avaliação sobre o passivo do Magazine Luiza?

Quando olhamos o ano fechado de 2024, o passivo circulante, que são as obrigações de curto prazo, está bem estruturado até certo ponto. Obviamente, existe pouco espaço para erro do ponto de vista operacional, já que o Magazine Luiza tem um risco financeiro muito alto relacionado às operações de risco sacado de fornecedores, apesar de a companhia já ter reperfilado um pouco esses vencimentos, fazendo com que eles passem para o ativo não circulante, que são as obrigações que possuem prazos mais alongados.

Na minha opinião, não existe, no curto prazo, o risco de acontecer com o Magazine Luiza o que aconteceu com as Casas Bahia.

Na mensagem da diretoria, a administração do Magazine Luiza citou a formação de um ecossistema que blindasse ‘a companhia dos efeitos macroeconômicos adversos’. A companhia está mesmo nesse caminho?

Na minha opinião, não. Sob a perspectiva de fluxo de caixa, o Magazine Luiza teve, no 4T24, uma despesa com alugueis de R\$ 920 milhões e operações de risco sacado de quase R\$ 10 bilhões, e, quando olhamos o saldo, nós vemos que ainda houve uma queima de caixa no último trimestre de 2024.

Contudo, por mais que essa queima esteja diminuindo desde 2021 e que haja uma melhora operacional, sendo que nós devemos ver essa virada no fluxo de caixa no curto prazo, ainda não se pode dizer que o Magazine Luiza está bem equalizado para começar a alavancar o operacional.

Qual a sua avaliação sobre o preço das ações do Magazine Luiza?

Como o Magazine Luiza fechou 2024 com uma

inflexão positiva dos seus resultados e considerando a possibilidade de que tenhamos uma Selic menor no prazo de 6, 12 meses, é possível que o mercado olhe o preço da ação da companhia com uma margem de segurança maior. Contudo, na minha opinião, é preciso ter cuidado com uma compra de ações do Magazine Luiza, pois ainda existem muitos fatores desenquadrados, como a inflação, que está acima da banda superior da meta do Banco Central, e os juros, que apesar da perspectiva de queda no médio prazo, ainda serão bastante restritivos, além do que pode acontecer tanto no Brasil quanto lá fora.

Não há como ter uma certeza em relação ao Magazine Luiza, mas sob a ótica de valuation, suas ações estão baratas.

Puxando os últimos dez anos, as ações do Magazine Luiza saíram de pouco mais de R\$ 2 em 2015, chegaram a bater acima de R\$ 240 em 2020, e hoje estão sendo negociadas próximas a R\$ 10. Quais são as conclusões que podem ser tiradas desse tipo de movimentação?

Na época, o mercado vinha de uma redução brutal da taxa de juros, e a economia estava voltando a melhorar, sendo que, nesse momento, o Magazine Luiza estava com uma pegada de virar uma empresa tech de varejo. Quando o mercado comparava a companhia com outras empresas, como, por exemplo, o Mercado Livre, que opera com múltiplos muito maiores aos de outros varejistas, ele viu o Magazine Luiza caminhando para se alavancar operacionalmente e foi pagando na frente.

Com a piora do ambiente macroeconômico e do operacional da empresa, o mercado começou a ver que o horizonte anunciado pelo board da companhia estava mais longe do que estava sendo falado, evidenciando que o múltiplo do Magazine Luiza era uma anomalia, o que levou ao derretimento do valor das suas ações.

É importante sempre lembrar que a cotação sempre segue o lucro. Isso é um clichê de mercado, mas, vira e mexe, acontece.

Transformação digital dos negócios brasileiros

Yango Tech: Brasil é passo estratégico para a América Latina

Novas soluções B2B com tecnologia de inteligência artificial (IA), projetadas para impulsionar a transformação digital em todos os setores no território brasileiro fazem parte do portfólio de produtos que a Yango Tech, parte da empresa global de tecnologia Yango Group, está trazendo para o Brasil.

A Yango Tech atua com um ecossistema de balcão único - também conhecido como *one stop shop* - para soluções B2B, oferecendo às empresas uma gama abrangente de ferramentas e serviços com tecnologia de IA adaptados às suas necessidades. Ao consolidar diversas soluções em um único ecossistema, a Yango Tech simplifica o acesso a tecnologias avançadas, permitindo que as empresas otimizem as operações, reduzam custos e melhorem as experiências dos clientes.

“Estamos muito felizes em iniciar nossas operações no Brasil, um mercado altamente diversificado e dinâmico, cheio de oportunidades. O cenário de tecnologia aqui está evoluindo rapidamente, com empresas buscando ativamente soluções escaláveis e eficientes”,

diz Guilherme Alvim, Head of Business Development da Yango Tech no país.

Para justificar uma presença marcante, lembra que de acordo com estatísticas recentes, 72% das empresas brasileiras planejam aumentar seus investimentos em IA, e estamos animados em trazer tecnologia de IA de ponta para atender a essa demanda. Da robótica às tecnologias de varejo, o ecossistema B2B da Yango Tech oferece soluções locais personalizadas apoiadas por expertise global. “Nossas tecnologias orientadas por IA são projetadas para capacitar empresas, ajudando-as a prosperar em um mercado cada vez mais competitivo”, ressalta,

O ecossistema B2B abrange uma gama diversificada de serviços adaptados a vários setores. A Yango Tech Retail fornece soluções de tecnologia de IA que ajudam as empresas a fazer a transição de operações físicas para o comércio online contínuo. A Robotics fornece automação com tecnologia de IA para armazéns, otimizando cada estágio do atendimento de pedidos.

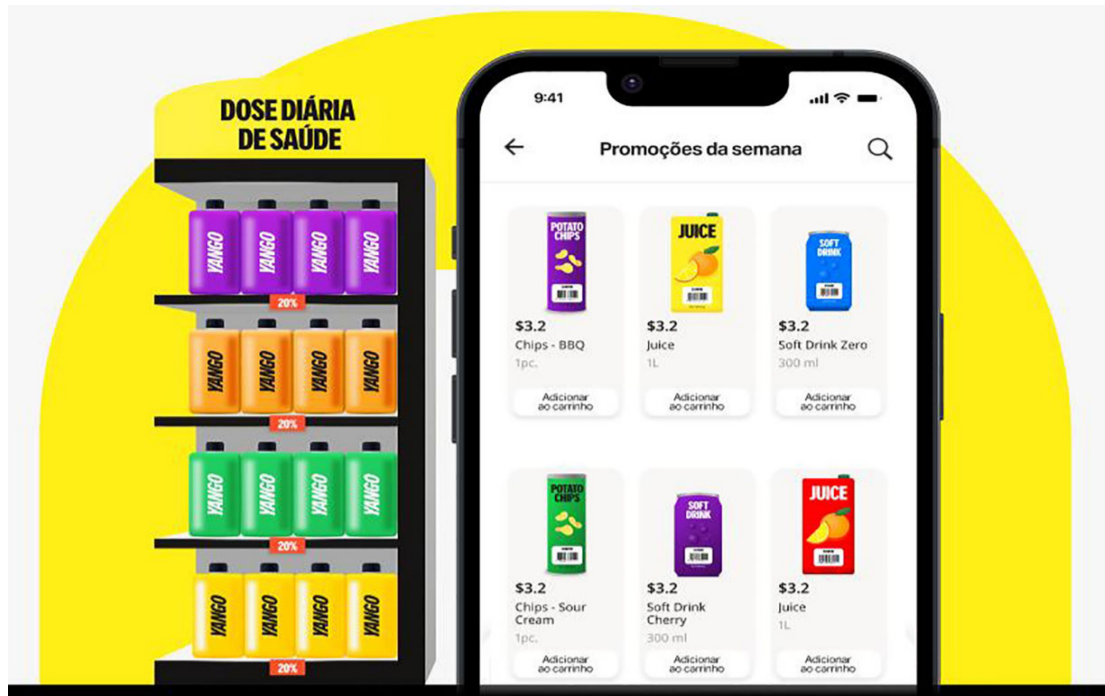
A divisão Autonomy é especializada em soluções de entrega de última milha, apresentando robôs auto-

nomos de ponta projetados para entregas urbanas eficientes e seguras. A Cloud oferece soluções de computação escaláveis e de alto desempenho, atendendo a empresas que exigem gerenciamento de dados robusto e recursos de IA.

A Yango Ads Retail Media fornece soluções de publicidade com tecnologia de IA com análises avançadas e gerenciamento de campanha intuitivo para ajudar os anunciantes a alcançar clientes relevantes usando a infraestrutura dos varejistas, como seus sites de comércio eletrônico, aplicativos e lojas. Junto com esses serviços principais, a Yango Tech oferece soluções adicionais, como planejamento de rotas, navegador corporativo e sistema de gerenciamento de banco de dados, expandindo seu portfólio para dar suporte às empresas em todos os estágios da transformação digital.

Passo estratégico

O lançamento do ecossistema B2B da Yango Tech no Brasil é um passo estratégico para construir uma forte presença de mercado na região da América Latina. À medida que a IA e a transformação digital conti-



Solução tecnológica para o varejo (divulgação)

nuam a moldar as indústrias, as empresas precisam de soluções que simplifiquem as operações e suportem o crescimento. O ecossistema B2B da Yango Tech ajuda as empresas a gerenciar desafios em evolução e escalar com eficiência sem a necessidade de vários provedores de serviços. Essa abordagem torna mais fácil para as empresas se adaptarem e se expandirem em um mercado em rápida mudança.

O primeiro passo da Yango Tech no Brasil será sua participação no SRE Trade Show, um dos maiores eventos do Brasil focado no setor alimentício, que

acontecerá no Rio de Janeiro, de 18 a 20 de março, onde a empresa apresentará suas soluções inovadoras baseadas em IA, projetadas para capacitar varejistas com maior eficiência operacional e engajamento do cliente.

Com a chegada da Yango Tech no Brasil, o país se torna um novo ponto estratégico no plano global do Yango Group. Ao lançar um ecossistema b2b de soluções de IA para empresas, a companhia está expandindo seu portfólio diversificado de serviços em toda a região da América Latina. De serviços de transporte e

entrega a tecnologias de varejo de ponta baseadas em IA, o Yango Group está alavancando sua expertise global para capacitar empresas e melhorar a vida cotidiana.

No Brasil, Colômbia, Bolívia, Peru e além, a empresa está introduzindo soluções escaláveis e eficientes que abordam os desafios únicos dos mercados dinâmicos da região. O ecossistema b2b está focado em construir uma parceria sólida com os negócios brasileiros, trazendo soluções tecnológicas de ponta que atendam tanto às necessidades do mercado local quanto às demandas globais.

COOTRAB
COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS Ltda. em liquidação
CNPJ nº 08.623.284/0001-84 NIRE nº 33.4.0004779-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL
O Liquidante da COOTRAB - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS Ltda. em liquidação, face à impossibilidade de quórum mínimo necessário para a realização da Assembleia de 06 de novembro de 2024, reconvoa os cooperados da COOTRAB para a Assembleia Geral Extraordinária prevista no art. 68, IX da Lei 5.764/71, a ser realizada no dia 31 de março de 2025, na atual sede da cooperativa, situada na Av. Presidente Vargas, 482 sala 318, no centro da cidade do Rio de Janeiro/RJ em 1ª convocação às 11:00 h, com presença de 2/3 dos cooperados convocados; em 2ª convocação às 12:00 h, com a presença de ½ + um dos cooperados e em 3ª e última convocação às 13:00 h, com a presença mínima 20% dos sócios para seguinte pauta: 1. Relatório do estado da liquidação e prestação de contas PERÍODO 01/08/2023 A 28/02/2025; 2. Encaminhamentos para a extinção da Cooperativa; 3. Eleição do conselho fiscal; 4. Nomeação de novo Liquidante. Rio de Janeiro, 17 de março de 2025.
Jorge Miranda - Liquidante.

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA MURANO RESIDENCIAL
Ref.: Assembleia Geral Ordinária – Modalidade Virtual
Prezados condôminos, convocamos os Srs. coproprietários do projeto imobiliário residencial em construção “**MURANO RESIDENCIAL**”, situado na Estrada dos Bandeirantes, Lote 1 do PAL 49764, Rio de Janeiro/RJ, para participarem da assembleia geral ordinária a ser realizada em formato virtual, no dia **27 de março de 2025 (quinta-feira)**, com início às **18h30min em primeira convocação** com a presença da metade dos condôminos e às **19h em segunda convocação com qualquer número de participantes**, com transmissão pela plataforma **Zoom**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Apresentação Fotográfica da Obra; 2. Andamento da Obra; 3. Apresentação do Cronograma Físico-Financeiro da Obra.** O link e demais informações para acesso a reunião serão enviados para o e-mail de cadastro dos condôminos. **Procedimentos para participação e habilitação dos condôminos e procuradores:** 1. O condômino que não puder participar, poderá indicar um procurador legalmente constituído, para representá-lo na assembleia, desde que a procuração seja encaminhada com 5 (cinco) dias úteis antes da realização do evento para o endereço eletrônico grc@calper.com.br, a fim de analisarmos e validarmos o referido documento internamente. 2. No dia da assembleia, ao ingressar na plataforma “Zoom” o condômino deverá preencher os campos obrigatórios, tais como, **Nome, Sobrenome, E-mail, Bloco, Unidade, Nome e CPF do Titular.** Caso o participante seja um procurador, o campo **Nome** deverá constar o nome do procurador. Destacamos que a procuração, **com reconhecimento de firma**, deverá ser enviada por e-mail antes da assembleia. 3. Os participantes **permanecerão com áudio e vídeo desligados**, sendo estes liberados no momento em que houver o interesse em falar, se manifestando através da ferramenta “levantar mão” ou através do envio de mensagens por meio da ferramenta **Q&A**. 4. Para a participação da assembleia, a construtora orienta que o condômino utilize uma estrutura adequada de internet e equipamentos que suportem a transmissão de vídeo e áudio, o uso de internet banda larga ou similar, assim como o ambiente adequado ao tipo de reunião. **Ressaltamos a importância da participação de todos os coproprietários a esta assembleia, pois as deliberações tomadas obrigam a todos.** Atenciosamente,
M1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.

COMPANHIA HOTÉIS PALACE
CNPJ/MF Nº 33.374.984/0001-20
AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos aos senhores acionistas, na forma do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, que se acham à sua disposição, na sede da Companhia, na Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 327, nesta cidade, para obtenção de cópias, os documentos da administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Rio de Janeiro, 17 de março de 2025. A Diretoria.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O SIGABAM – Sindicato dos Garçons, Barmen e Maitres do Estado do Rio de Janeiro, através de seu presidente, nos moldes do Estatuto Social da Entidade, convoca todos os associados quites com suas obrigações estatutárias, junto a este Sindicato, em condições de votar, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na Rua Visconde de Inhaúma, 134 – sala 917 – centro – Rio de Janeiro – RJ, no dia 24 de março de 2025, às 09:00 h em primeira convocação e às 09:30 h, em segunda e última convocação, para ser discutido o seguinte ponto de pauta: 1º - Discursão e aprovação do reajuste da mensalidade associativa da entidade. Rio de Janeiro/RJ, 19 de março de 2025.
NILMA PATRÍCIO COSTA – Presidente

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS AUTONOMOS TELE URCA
devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 68.630.979/0001-15, estabelecida na Rua Fausto Barreto, nº 20, Benfica, Rio de Janeiro – CEP 20.910-210, representada neste ato por seu Diretor Presidente no uso de suas atribuições Estatutárias (art. 39 do ES), vem convocar seus 77 associados no gozo de seus direitos sociais para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, conforme dispõe o art. 32 do Estatuto Social da Associação, a ocorrer no dia **29/03/2025 na Rua Teixeira Junior, 415, São Cristóvão, Rio de Janeiro**, sendo que às **09:00h** horas em 1ª convocação com a presença mínima de 50% +1 dos associados, em 2ª convocação às **09:30** horas com 1/3 dos Associados (art.33, parágrafo único do Estatuto Social), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Apresentação e Deliberação de Prestação de contas ano 2024; 2) Eleição para Conselho de Administração (Diretor Presidente e Diretor Financeiro/Vice Presidente até 31/03/2027) 3) Eleição para Diretor de Ética e Disciplina (até 31/03/2026); 4) Eleição do Conselho Fiscal (até 31/03/2026); **Rio de Janeiro, 14 de Março de 2025.**
Diretor presidente
Luiz Mauricio Urlais Rodrigues

RODRIGO LOPES PORTELLA - LEILOEIRO PÚBLICO
CPF. Nº 336.490.497.91
EDITAL DE 1º E 2º LEILÕES EXTRAJUDICIAIS (ONLINE), com o prazo de 10 (dez) dias e Intimação - Eu, **RODRIGO LOPES PORTELLA**, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCERJA sob o nº 055, comunico a todos os interessados e em especial ao Devedor Fiduciante: **PEDRO HENRIQUE PEREIRA ROSA** - CPF. nº 112.206.737-22; que devidamente autorizado pela Credora Fiduciária: **CATISA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.** - CNPJ. nº 33.575.531/0001-61, e, com fundamento no Art. 27 da Lei nº 9.514/97, no dia 24/03/2025, às 11:00hs., realizei através do site de leilões online: www.portelleleiloes.com.br, o 1º Leilão Público, por preço não inferior ao valor de R\$ 2.561.697,95 (dois milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos), ou no dia 08/04/2025, no mesmo horário e local, o 2º Leilão Público, por preço não inferior ao valor de R\$ 2.776.561,53 (dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e três centavos), do imóvel constituído pela Casa 02 situada na Rua Dina Sfat, nº 55, e correspondente fração de 1/2 do respectivo terreno designado por lote 16 da quadra A do PAL 46717 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ., transcrito no Cartório do 9º Ofício do Registro de Imóveis, sob a matrícula nº 315233. - Tudo nos termos da Escritura de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, datada de 12/11/2020, lavrada no Cartório do 10º Ofício Notarial/RJ. (livro 7839, fls. 68, ato 33), e, da Notificação enviada ao Devedor Fiduciante Pedro Henrique Pereira Rosa, em 20/08/2024, conforme Certidão Positiva da 7ª. Vara Cível Regional da Barra da Tijuca – Comarca da Capital/RJ., expedida nos autos do Processo nº 0815812-62.2024.8.19.0209 (conforme R-16 e Av-22 da referida matrícula). – Fica por este edital intimado dos Leilões o devedor acima mencionado. - Condições Gerais da Alienação: O horário considerado neste edital será sempre o horário de Brasília/DF. – Para participar do leilão oferecendo lances pela internet, deverão previamente (no prazo de 24 horas antes do início do pregão) efetuar o seu cadastro pessoal no site do Leiloeiro (www.portelleleiloes.com.br) e também solicitar sua habilitação para participar do Leilão na modalidade online, sujeito à aprovação após comprovação dos dados cadastrais pela análise da documentação exigida na forma e no prazo previsto no Contrato de Participação em Pregão Eletrônico (disponível no site do Leiloeiro); Todos os lances efetuados por usuário certificado não são passíveis de arremedimento. - Ficam cientes os interessados de que em caso de arrematação, deverão efetuar os seguintes pagamentos: arrematação à vista, acrescida da comissão de 5% ao Leiloeiro, e das despesas efetuadas com os leilões. - Os referidos pagamentos, deverão ser efetuados através de depósitos bancários, DOC., TED, ou PIX, nas contas correntes da empresa Credora e do Sr. leiloeiro, cujos dados serão informados ao(s) arrematante(s) através de e-mail ou contato telefônico; devendo o(s) arrematante(s) comprovar(em) os pagamentos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de cancelamento da arrematação. - Cientes ainda os interessados, de que serão de sua responsabilidade as providências necessárias para promover, a custo próprio, as medidas para reintegração de posse do imóvel. - A escritura definitiva será realizada no prazo de 10 (dez) dias contados da arrematação, sendo certo que todas as despesas com cartório, certidões, e tributos, serão arcadas pelo arrematante. – RJ., 11/03/2025. (as.) Rodrigo Lopes Portella – Leiloeiro Público.

enel **AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**
CNPJ nº 33.050.071/0001-58
NIRE nº 3330005494-4
Companhia Aberta de Capital Autorizado
Edital de Convocação - Eleição para Membro do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A.
Pelo presente Edital, a Ampla Energia e Serviços S.A. (“AMPLA”) faz saber que realizará eleição para escolha de 1 (um) membro efetivo e 1 (um) membro suplente para o Conselho de Administração da AMPLA. Os trabalhadores e aposentados da AMPLA e da Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS (“BRASILETROS”) que queiram se candidatar ao cargo devem realizar o registro de sua candidatura no dia 24/03/2025, através do envio, pelo candidato titular ou seu suplente, de e-mail para c.eleitoral@enel.com, anexando(i) requerimento, assinado pelos candidatos, do qual constarão nome da chapa e seguintes informações do candidato titular e seu respectivo suplente: nome completo, nº do CPF, nº do documento de identidade, endereço residencial ou profissional completo, e-mail e telefone para contato; e (ii) cópia da carteira de identidade (ou de outro documento oficial com foto) e do CPF dos candidatos titular e suplente, bem como curriculum com trajetória profissional. Os candidatos deverão ainda garantir que cumprem os seguintes requisitos: a) ser empregado ou aposentado da AMPLA ou da BRASILETROS; b) ter trabalhado na AMPLA ou na BRASILETROS por, no mínimo, 05 (cinco) anos; c) ter reputação ilibada, na forma do art. 147, § 3º da Lei Federal 6.404/76; d) não ser impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147, § 1º da Lei Federal 6.404/76; e) não ter sido declarado inabilitado por ato da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos do art. 147, § 2º da Lei Federal 6.404/76; f) não ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da AMPLA no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, nos termos do art. 147, § 3º, I, da Lei Federal 6.404/76; g) não ter interesse conflitante com a AMPLA, nos termos do art. 147, § 3º, II, da Lei Federal 6.404/76; h) estar em pleno gozo dos seus direitos civis; i) não ser sócio ou exercer cargo de direção em empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de materiais e equipamentos à AMPLA. Os candidatos receberão da Comissão Eleitoral a confirmação da candidatura via lista que será divulgada no dia 25/03/2025. A eleição será realizada em data e conforme Regulamento que serão oportunamente divulgados pela Comissão Eleitoral.
Rio de Janeiro, 18 de março de 2025
COMISSÃO ELEITORAL

JUIZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO GONÇALO - RJ
EDITAL de 1º e 2º Leilão Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, movida por **LIVIA ANNA MAURO LORUSSO, SANDRA MARIA LORUSSO VILAR e ROSANA LORUSSO** em face de **ROSA MARIA SIQUEIRA LORUSSO, MARIA JOSÉ SIQUEIRA LORUSSO e ANDRÉA CLÁUDIA SIQUEIRA LORUSSO LAURIA**, processo nº 0039753-21.2021.8.19.0002, na forma abaixo: O Dr. **GUILHERME RODRIGUES DE ANDRADE**, Juiz da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a **LIVIA ANNA MAURO LORUSSO, SANDRA MARIA LORUSSO VILAR e ROSANA LORUSSO, ROSA MARIA SIQUEIRA LORUSSO, MARIA JOSÉ SIQUEIRA LORUSSO e ANDRÉA CLÁUDIA SIQUEIRA LORUSSO LAURIA**, que em **25/3/25, às 12:00 hs.**, no site do leiloeiro, www.mariorcart.lrl.br, o Leiloeiro **MARIO MILTON B. RICART**, venderá de forma eletrônica (on line) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **19/4/25**, no mesmo local e hora, a quem mais oferecer, acima de 50% da avaliação, na forma do art. 891 § único do CPC e do art. 1.322, do Código Civil, o imóvel registrado no 4º RGI, matrícula nº 27.489, Rua Nilo Peçanha nº 117 – Centro – São Gonçalo - RJ, avaliado as fls. 441 em 8/7/24, por R\$ 12.000.000,00. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na íntegra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprido assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 12/02/25. Eu, Valma Lucia Domingues Souza, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dr. **GUILHERME RODRIGUES DE ANDRADE**, Juiz de Direito.

Dólar: R\$ 5,67, menor valor em cinco meses

Bolsa sobe 0,49% e fecha no maior nível desde 16 de outubro

Em mais um dia de alívio no mercado financeiro e sem surpresas na proposta de reforma do Imposto de Renda, o dólar voltou a cair e atingiu a menor cotação em cinco meses. A bolsa de valores subiu pela quinta vez seguida e alcançou o maior nível desde meados de outubro.

O dólar comercial encerrou esta terça-feira vendido a R\$ 5,672, com recuo de R\$ 0,014 (-0,25%). A cotação chegou a abrir em alta, mas caiu seguindo

o mercado internacional. À tarde, após o anúncio do projeto que muda o Imposto de Renda, a moeda caiu ainda mais. Na mínima do dia, por volta das 13h20, chegou a R\$ 5,66. A moeda norte-americana está no menor valor desde 24 de outubro. Com queda de 8,15% em 2025, a divisa caiu 3,06% apenas nas últimas seis sessões.

No mercado de ações, o dia também foi de otimismo. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 131.475 pontos, com alta de 0,49%.

O indicador está no mais alto patamar desde 16 de outubro. Por mais um dia, a bolsa brasileira descolou-se das bolsas norte-americanas, que caíram nesta terça-feira.

Segundo a Agência Brasil, a falta de surpresas no pacote do Imposto de Renda foi bem recebida pelos investidores. Isso porque a proposta que eleva para R\$ 5 mil o limite de isenção do tributo e concede descontos a quem ganha de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil prevê uma compen-

sação. O imposto sobre quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês será elevado para financiar a redução para os mais pobres.

No cenário internacional, os países emergentes continuaram a ser beneficiados pelo pacote de medidas de estímulo à economia anunciado na segunda-feira (17) pela China. O progresso nas negociações de paz entre Rússia e Ucrânia também voltou a beneficiar o mercado global, apesar do fim do cessar-fogo em Gaza.

Volkswagen e FAW juntas no mercado chinês de veículos elétricos

O Volkswagen Group e o FAW Group assinaram um novo acordo sobre um roteiro de futuros modelos na joint venture chinesa FAW-Volkswagen, em um ambicioso plano de expansão de produtos para explorar o crescente mercado de veículos elétricos da China.

A FAW-Volkswagen opera três marcas: Volkswagen, Audi e Jetta. Atualmente, possui cinco bases de produção na China, localizadas em Changchun, Foshan, Chengdu, Qingdao e Tianjin.

A partir de 2026, a FAW-Volkswagen prevê colocar 10 novos modelos da marca Volkswagen e um modelo da marca Jetta adaptados para o mercado chinês, informou o Volkswagen Group China.

Haverá 10 veículos de nova energia (NEVs), nomeadamente seis modelos puramente elétricos a bateria (BEVs), dois modelos híbridos plug-in (PHEVs) e dois extensores de autonomia (EREVs), e apenas um modelo movido a combustível.

A marca Jetta lançará seu primeiro modelo totalmente elétrico até 2026, como parte de uma estratégia central para explorar o mercado chinês de BEVs de nível básico, em rápido crescimento.

O Volkswagen Group está promovendo sua transformação na China por meio do avanço de suas capacidades em mobilidade elétrica, digitalização e direção autônoma. Os produtos futuros terão recursos inteligentes aprimorados, como serviços digitais avançados e funções do Sistema Avançado de Assistência à Direção (Adas), de acordo

com o Volkswagen Group China.

Até 2030, as marcas da FAW-Volkswagen introduzirão mais de 20 modelos totalmente novos ao mercado, de acordo com o Volkswagen Group. “Nossa parceria duradoura com a FAW é um forte pilar de nosso sucesso na China. Em alinhamento com a nossa estratégia “

Na China, para a China”, estamos avançando ainda mais no portfólio de produtos da FAW-Volkswagen, abrangendo todos os grupos motopropulsores, com um forte foco em veículos de nova energia, incluindo BEVs, PHEVs e EREVs, para atender às necessidades dos clientes em evolução”, disse Ralf Brandstätter, presidente e CEO do Volkswagen Group China.

Esse planejamento está ligado à ofensiva estratégica de produtos do Volkswagen Group na China. De 2025 a 2027, o grupo lançará cerca de 40 novos modelos, mais da metade dos quais serão NEVs.

“Integraremos a expertise global com a tecnologia local para promover o crescimento sustentável de longo prazo da FAW-Volkswagen, permitindo que a empresa ofereça soluções de mobilidade mais competitivas, orientadas para o mercado e inteligentes que atendam às necessidades em evolução dos clientes chineses”, disse Chen Bin, gerente geral da FAW-Volkswagen.

Em 2024, o Volkswagen Group China e seus parceiros chineses de joint venture entregaram cerca de 2,93 milhões de veículos a clientes na parte continental da China e em Hong Kong.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
 Avenida Quinze de novembro, 289
 Centro, Campos dos Goytacazes
 Tel.: (22) 2737-9790 - E-mail: cam05vciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, MÓVIDA POR JOSE ANTONIO DE SOUZA FREITAS em face de AMARO ANTONIO GOMES DOS SANTOS (ESPÓLIO) - PROCESSO Nº 0000893-81.1999.8.19.0014, na forma abaixo:
 O(A) Doutor(a) MARCELLO SA PANTOJA FILHO - Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **AMARO ANTONIO GOMES DOS SANTOS (ESPÓLIO)** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE: O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do Súnicio do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 09/04/2025 às 13:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 11/04/2025 às 13:00h.

DO BEM A SER LEILOADO: BEM PENHORADO FLS. 20 / AVALIADO FLS. 430, 443 E 649: ÁREA REMANESCENTE DA PROPRIEDADE DENOMINADA RANGEL, CONSTITUIDA DOS IMÓVEIS “RANGEL”, “LEORNA” E “TANQUE”, MEDINDO 2.420.000M2., OU SEJAM 50 ALQUEIRES GEOMÉTRICOS, CONFRONTANDO-SE PARTE COM AMARGEM DIREITA DA ESTRADA QUE DÁ ACESSO À LOCALIDADE DE DORES DE MACABU - CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. IMÓVEL REGISTRADO NO 3º RGI SOB O Nº DE MATRÍCULA: 001381 E NO ITR: 07.44890.56-00 / NIRF. 3.822.194-2. (...) **AVALIAÇÃO DO IMÓVEL PENHORADO HOMOLOGADA NAS FLS. 649/650, no valor de R\$ 7.086.265,73 (Sete milhões, oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos).** E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (AMARO ANTONIO GOMES DOS SANTOS (ESPÓLIO) e CLEUZA LACERDA DOS SANTOS) intimado(s) pessoalmente e na pessoa de seu advogado, da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 10 de março de 2025. Eu, digitei _____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo _____ (ass.) MARCELLO SA PANTOJA FILHO - Juiz de Direito.

Banco do Brasil apresenta

Música no Museu

Concertos de Verão

Janeiro
Fevereiro
Março
2025

Realização: CARPEN, Apoio Cultural: Sesc, Monitor Mercantil, CCBB, GOVERNO FEDERAL BRASIL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
4ª VARA CÍVEL DO FÓRUM REGIONAL DE DUQUE DE CAXIAS
 R. GENERAL DIONÍSIO, 764, SL.204
 JARDIM VINTE E CINCO DE AGOSTO
 Tel.: (21) 3661-9252 - E-mail: dcx04vciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO, MÓVIDA POR BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A EM LIQUIDAÇÃO em face de ANTONIO JORGE DE FREITAS e FRANÇA MARIA DE PAULA JORGE - PROCESSO Nº 0008057-81.1996.9.19.0021, na forma abaixo:
 O(A) Doutor(a) PAULO JOSE CABANA DE QUEIROZ ANDRADE - Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - ANTONIO JORGE DE FREITAS e FRANÇA MARIA DE PAULA JORGE - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE: O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do Súnicio do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 08/04/2025 às 12:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 10/04/2025 às 12:00h. **DO BEM A SER LEILOADO:** BEM PENHORADO FLS. 80 / AVALIADO FLS. 441: CASA Nº 02 DO PRÉDIO Nº 960 NA RUA CINCO - NOVA CAMPINAS, DUQUE DE CAXIAS/RJ. IMÓVEL REGISTRADO SOB O Nº 41980 (...) dando ao bem o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (ANTONIO JORGE DE FREITAS e FRANÇA MARIA DE PAULA JORGE) intimado(s) pessoalmente e na pessoa de seu advogado, da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 2025. Eu, digitei _____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo _____ (ass.) PAULO JOSE CABANA DE QUEIROZ ANDRADE - Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
7ª VARA CÍVEL DO FÓRUM DE DUQUE DE CAXIAS
 RUA GENERAL DIONÍSIO 764 FORUM
 JARDIM VINTE E CINCO DE AGOSTO
 Tel.: (21) 3661-9190 - E-mail: dcx07vciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, MÓVIDA POR GESTORA DE RECEBÍVEIS TETTO HABITAÇÃO S/A em face de SUCESSORES DE ELIESIO DA SILVA - PROCESSO Nº 0001738-58.2000.8.19.0021, na forma abaixo:
 O(A) Doutor(a) VINICIUS MARCONDES DE ARAUJO - Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **SUCESSORES DE ELIESIO DA SILVA** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE: O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do Súnicio do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 08/04/2025 às 11:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 10/04/2025 às 11:00h. **DO BEM A SER LEILOADO:** BEM PENHORADO FLS. 103 / AVALIADO FLS. 472: PRÉDIO 51, CASA 01 (TIPO 32) COM FRENTE PARA RUA G - CIDADE NOVA CAMPINA - DUQUE DE CAXIAS - RJ. IMÓVEL MATRICULADO NO 2º E 4º RGI SOB O Nº 26427 E NA PREFEITURA SOB O Nº 3.2.610.020.0001 / 3056375. JUSTIFICATIVA: Ao(s) dia(s) 17 do mês de 10 do ano de 2020, em cumprimento ao Mandado anexo, AVALIEI DE FORMA INDIRETA o imóvel da Rua G, 51, casa 1, Nova Campinas, Duque de Caxias, conferindo-lhe o valor de R\$70.000,00 (setenta mil reais). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (SUCESSORES DE ELIESIO DA SILVA) intimado(s) pessoalmente e na pessoa de seu advogado, da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 2025. Eu, digitei _____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo _____ (ass.) VINICIUS MARCONDES DE ARAUJO - Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ
 Endereço: AV. ERASMO BRAGA 115 SALAS 233-C/237-C
 Tel.: (21) 3133-2385 - E-mail: cap15vciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE MOVIDA POR CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BUSINESS FLAT em face de NEI PEREIRA DE CASTRO, MARIA ZULEIDE GOMES DE ARAUJO e JOAQUIM JOSÉ TAVARES FILHO - PROCESSO Nº 0253541-92.2019.8.19.0001, na forma abaixo:
 O(A) Doutor(a) DANIELA BANDEIRA DE FREITAS - Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados, e especialmente ao(s) devedor(es) supramencionado(s) - **NEI PEREIRA DE CASTRO, MARIA ZULEIDE GOMES DE ARAUJO e JOAQUIM JOSÉ TAVARES FILHO** - que será realizado o público Leilão pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE: O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma dos Art. 887 do CPC, do inciso II do Art. 884 do CPC, do art. 882 do CPC/2015 e do Súnicio do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 10/04/2025 às 14:30h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 50% da avaliação, que será encerrado no dia 24/04/2025 às 14:30h. **DO BEM A SER LEILOADO:** BEM PENHORADO FLS. 415 / AVALIADO FLS. 551/561: APARTAMENTO 506, LOCALIZADO NA RUA DO RIACHUELO, Nº 54 - CENTRO/RJ. COM 1VG DE GARAGEM (IPTU C/ 51m²). FLS.: 401 - RGI MATRÍCULA: 63451 - CARTÓRIO: 2º. FLS.: 498 - IPTU INSCRIÇÃO: 1837727-5 - CL: 62331. (...) Assim, AVALIO o imóvel acima descrito em R\$ 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, ficando o(s) Executado(s)/Condôminos(s) (NEI PEREIRA DE CASTRO, MARIA ZULEIDE GOMES DE ARAUJO e JOAQUIM JOSÉ TAVARES FILHO) intimado(s) pessoalmente e na pessoa de seu advogado, da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRA-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 13 de março de 2025. Eu, digitei _____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo _____ (ass.) DANIELA BANDEIRA DE FREITAS - Juiz de Direito.

Tributação de ativos no exterior no IR 2025

No IR 2025, a 1ª declaração sob a Lei 14.754

Por **Gilmara Santos, especial para o Monitor**

Foi aberta a temporada para a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física. Neste ano, investidores e empresários que têm ativos no exterior devem ficar atentos às mudanças. Isso porque a tributação de rendas e ativos no exterior sofreu mudanças decisivas com a Lei 14.754/2023 (também conhecida como Lei das Offshores), que, por ter vigência a partir do ano de 2024, tem neste ano de 2025 a primeira Declaração de Imposto de Renda pessoa física a ser realizada sob o novo regime.

Nesse sentido, mudanças são esperadas, tanto quanto à incidência do imposto, quanto nos próprios proce-

dimentos de declaração, que precisam ser observados pelos investidores e empresários a fim de não ficarem com a declaração retida em malha. Nesse sentido, André Mendes Moreira, professor de direito tributário da USP e sócio do escritório Sacha Calmon – Misabel Derzi Advogados, explica destaca quatro pontos importantes:

a) promoção de uma maior aproximação da carga tributaria dos lucros obtidos no exterior com aqueles obtidos no Brasil, tendo em vista que as aplicações financeiras no exterior passam a ser tributadas exclusivamente à alíquota de 15% para as pessoas físicas, que vem a ser a mesma alíquota dos investimentos de longo prazo no Brasil (Art. 2º);

b) a tributação de Pessoas Jurídicas no exterior controladas por Pessoa Física (PIC), em que, por

um lado, a lei promoveu redução da alíquota de tributação para 15%, mas por outro, promoveu a tributação automática pela pessoa física anualmente, independentemente de efetiva disponibilização e que deve ser observada durante o preenchimento da DIRPF (Art. 2º);

c) a necessária apuração e conversão de valores de rendimentos para a moeda nacional (BRL) (Art. 3º, II);

d) necessidade de declaração do custo de aquisição de cada controlada direta ou indireta sujeitas ao regime de tributação anual do IR, de forma segregada, para que reflita o custo da controlada indireta (Art. 5º, §§5º, 10 e 14);

“Para tanto, destaque-se a grande atenção que se deve ter no preenchimento das abas no programa a ser disponibilizado pela Receita Federal, além,

é claro, de um minucioso controle na obtenção, levantamento e guarda dos documentos comprobatórios a serem utilizados. Não é demais lembrar que a consulta a profissionais qualificados, tanto da área jurídica quanto contábil, são importantes para evitar maiores problemas pelos contribuintes”, aconselha o professor.

“A Lei 14.754/2023, sancionada em dezembro de 2023, estabelece que trusts estrangeiros devem ser declarados no Imposto de Renda, independentemente da distribuição efetiva dos rendimentos. O instituidor e os beneficiários passam a ter obrigações fiscais específicas. Com isso, a Receita Federal aumenta o controle sobre estruturas utilizadas para planejamento sucessório e proteção patrimonial, evitando eventuais omissões na declaração de

bens no exterior”, comenta Waldir de Lara, contador e fundador da LaraFy Consultoria.

“Importante também mencionar aos que possuem imóveis, participações societárias ou outros ativos no exterior poderão atualizar o valor de mercado desses bens em 31 de dezembro de 2023, pagando uma alíquota reduzida de 8% sobre a diferença entre o valor original e o novo valor declarado, permitindo a redução da tributação futura sobre ganhos de capital, uma oportunidade estratégica para investidores que desejam atualizar seus ativos”, complementa o contador.

Igor Machado, advogado do escritório Meirelles Costa Advogados, comenta que muito embora as novas regras de tributação da renda de investimentos realizados no exterior já fossem conhecidas há algum tempo,

considerando a introdução das principais medidas relacionadas ao tema através da Lei 14.754, de dezembro de 2023, algumas das principais alterações quanto à forma de declaração e o pagamento do IR sobre estes rendimentos passam a ser válidas para o ajuste anual de 2025.

“É importante que o contribuinte se mantenha atento à melhor aplicação das regras de tributação para evitar o descumprimento de regras e/ou a omissão não intencional de ativos que deveriam ser tributados. Apesar disto, as alterações nas regras são oportunidas para otimizar a tributação de seus ativos e aproveitá-las pode representar tanto uma maior eficiência na apuração da tributação sobre a renda quanto para aproveitar uma tributação favorecida, em alguns casos”, afirma Machado.

COMPANHIA INDUSTRIAL ODEON					
CNPJ/MF nº 33.270.034/0001-55					
Relatório da Administração: Srs. Acionistas; cumprindo disposição legal, apresentamos as Demonstrações referentes ao exercício de 2024. A Diretoria.					
Balanco Patrimonial - Em R\$			Demonstração do Resultado do Exercício - Em R\$		
	2024	2023	2024	2023	
Ativo	6.438	6.891	6.438	6.891	Renda de Aluguéis
Ativo Circulante	2.397	2.819	111	96	Receita Operacional Bruta
Disponível	6	8	17	18	Pis
Caixa Geral	5	5	21	1	Cofins
Bancos conta Movimento	1	3	67	67	Deduções da Receita Bruta
Contas a Receber	207	624	6	10	Receita Operacional Líquida
Clientes - Aluguéis	20	19	208	208	Lucro Bruto
Contas a Receber	188	605	208	208	Despesas Gerais e Administrativas
Créditos de Empregados	24	29	6.119	6.587	Despesas/Receitas Financeiras
Adiantamentos de Salários	18	18	6.650	6.650	Outras Receitas/Despesas Operacionais
Adiantamento de Férias	-	3	57	57	Despesas Operacionais
Empréstimos a Empregados	6	8	(588)	(121)	Lucro/Prejuízo Operacional
Estoques	2.062	2.062	Demonstração do Fluxo de Caixa - Em R\$		
Terrenos em Búzios	20	20	1 - Fluxo de Caixa da Atividade Operacional		
Imóveis	2.042	2.042	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	2024	2023
Outros Créditos	97	96	Ajustes	(467)	(492)
Adiantamento a Terceiros	90	90	Depreciação e Amortização	3	3
Tributos a Recuperar	7	6	Resultado de Equivalencia patrimonial	(24)	16
Ativo Não-Circulante	4.041	4.071	Aumento/Redução de Contas a Receber	(417)	617
Ativo Realizável a Longo Prazo	380	384	Aumento/Redução de Outras Contas do Ativo	(2)	(1.032)
Processos Judiciais	380	380	Aumento/Redução de Fornecedores/Empregados/Administradores	16	4
Depositos Judiciais s/ Processos	207	207	Aumento/Redução de Impostos e Contribuicoes	(1)	2
Cobrança em Atraso/Judicial	173	173	Aumento/Redução de Outras Contas do Passivo	67	67
Créditos C/ Acionistas/Coligadas	-	4	(=)Caixa Gerado (+) Consumido (-) na Atividade Operacional	(825)	(815)
Mutuo c/ Coligadas	-	4	2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Investimentos	3.655	3.679	3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-	-
Participação em Coligadas	3.655	3.679	Contrato de Mútuo com Coligadas/Controladas	(4)	(17)
Imobilizado	6	8	(=)Caixa Gerado (+) ou Consumido (-) na Atividade de Investimento	(4)	(17)
Imobilizados - Custo	75	75	4 - Caixa Gerado ou Consumido	-	-
Depreciação Acumulada	(69)	(66)	(=)Variação no Disponível (1+2+3)	(829)	(832)
Intangível	-	-	5 - Saldo do Disponível no Início do Exercício	5.529	6.361
Intangível - Custo	17	17	Saldo do Disponível no Final do Exercício (4+5)	4.700	5.529
Amortização Acumulada	(17)	(17)			

1) Companhia Industrial Odeon tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades. 2) As principais práticas contábeis adotadas pela sociedade são: a) Os estoques são avaliados pelo custo específico de aquisição; b) A depreciação é calculada pelo método linear, pelas taxas permitidas pela legislação tributária; 3) A participação em Coligadas/Controladas refere-se à participação acionária de 99,99% na empresa SAO BENTO APICU EMPREENDIMENTOS & PARTICIPACOES LTDA., CNPJ 33.270.026/0001-09 representados por 4.499.934 Quotas de capital social, cujo Patrimônio Líquido encontra-se assim representado em 31/12/2024. Capital Social - 4.500.000,00. Patrimônio Líquido - 3.605.643,13. 4) O Capital Social totalmente integralizado é de R\$6.650.000,00; sendo representado por 3.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

ROCHA MIRANDA FILHOS S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES					
CNPJ/MF nº 33.131.996/0001-23					
Relatório da Administração: Srs. Acionistas; cumprindo disposição legal, apresentamos as Demonstrações referentes ao exercício de 2024. A Diretoria.					
Balanco Patrimonial - Em R\$			Demonstração do Fluxo de Caixa - Em R\$		
	2024	2023	2024	2023	
Ativo	7.583	11.420	7.583	11.420	1 - Fluxo de Caixa da Atividade Operacional
Ativo Circulante	4.792	8.599	236	668	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
Disponível	1.465	2.626	236	668	Ajustes
Caixa Geral	30	30	39	58	Depreciacao e Amortizacao
Bancos conta Movimento	9	1	1	1	Resultado de Equivalencia patrimonial
Aplicação Financeira Liquidez Imediata	1.427	2.595	1	1	Aumento/Redução de Contas a Receber
Contas a Receber	-	11	188	605	Aumento/Redução de Outras Contas do Ativo
Clientes - Aluguéis	-	11	4	4	Reducao/Aumento de Fornecedores/Empregados/Administradores
Clientes - Aluguéis	-	11	3	3	Reducao/Aumento de Impostos e Contribuicoes
Estoques	3.270	5.925	-	-	(=)Caixa Gerado (+) Consumido (-) na Atividade Operacional
Imoveis a Comercializar	3.266	5.921	24	312	2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento
Terrenos em Buzios	4	4	-	312	Pagamento de Dividendos
Outros Creditos	56	38	24	24	Amortizacao de Mutuo
Adiantamento a Terceiros	27	27	7.323	10.440	(=)Caixa Gerado (+) ou Consumido (-) na Atividade de Financiamento
Tributos a Recuperar	27	9	9.400	9.400	3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos
Empréstimos a Empregados	2	2	(2.077)	1.040	Contrato de Mútuo de Coligadas/Controladas
Ativo não-Circulante	2.791	2.820	Demonstração do Resultado do Exercício - Em R\$		
Ativo Realizável a Longo Prazo	196	179	2024	2023	
Depositos Judiciais s/ Processos	259	259	-	-	Venda de Terrenos
Mutuo c/ Coligadas	(64)	(81)	-	3.499	Venda de Imoveis
Investimentos	2.590	2.635	182	163	Renda de Aluguéis
Participação em Coligadas	2.590	2.635	182	3.662	Receita Operacional Bruta
Imobilizado	5	7	(1)	(24)	Pis
Imobilizados - Custo	176	176	(5)	(110)	Cofins
Depreciação Acumulada	(171)	(169)	(7)	(134)	Deduções da Receita Bruta
Intangível	-	-	176	3.527	Receita Operacional Líquida
Intangível - Custo	12	12	176	3.527	Lucro Bruto
Amortização Acumulada	(12)	(12)	-	(2)	Despesas com Vendas
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31/12/2024 - Em R\$			Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de Dezembro 2024		
	Capital Realizado	Reservas ou Prejuizos Acumulados	Lucros ou Prejuizos	Total	1) Rocha Miranda Filhos S.A. Administração e Participações tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades.
Histórico					2) As principais práticas contábeis adotadas pela sociedade são: a) Os estoques são avaliados pelo custo específico de aquisição; b) A depreciação é calculada pelo método linear, pelas taxas permitidas pela legislação tributária; 3) A participação em Coligadas/Controladas refere-se à participação acionária de 42,33% na Companhia Industrial Odeon, CNPJ 33.270.034/0001-55 representados por 1.270.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cujo Patrimônio Líquido encontra-se assim representado em 31/12/2024. Capital Social - 6.650.000,00. Patrimônio Líquido - 6.438.100,67. 4) O Capital Social totalmente integralizado é de R\$9.400.000,00; sendo representado por 542.440 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
Saldo em 31.12.2023	9.400	1.040	10.440	10.440	Reconhecemos a exatidão das demonstrações acima.
Baixa de Estoque (Exercício Anterior)	-	(2.655)	(2.655)	-	Rio de Janeiro, 31/12/2024
Baixa de Mútuo (Passivo)	-	297	297	-	Octavio Rocha Miranda de Oliveira Sampaio - Diretor;
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(759)	(759)	-	Adenilson Salotto de Almeida
Saldo em 31.12.2024	9.400	(2.077)	7.323	7.323	Contador - CRC/RJ 081.865/O-4 CPF 016.967.057-03

BC define taxa de juros nesta quarta-feira

O Comitê de Política Monetária (Copom) define nesta quarta-feira a nova taxa de juros da economia. A reunião começou nesta terça-feira (18). O mercado financeiro acena como certa a elevação da taxa Selic em 1 ponto percentual, passando dos atuais 13,25% para 14,25% ao ano. O cenário é de inflação persistente e atividade econômica aquecida, reforçando uma política monetária mais contractionista, como citou a última ata do Copom - sobre a reunião de janeiro.

As expectativas sobre essa elevação da Selic são comentadas por vários analistas. Alison Correia, analista de investimentos e sócio-fundador da Dom Investimentos, diz que o mercado já precificou a alta da Selic, mas a grande expectativa está no comunicado que será divulgado pelo Banco Central.

“Temos uma semana com decisões bem importantes quanto aos juros tanto no Brasil como no cenário externo. Por aqui, os investidores estão atentos não somente em relação à decisão de alta da Selic em 1%, que já é amplamente esperada e deve causar zero surpresa, mas sim, principalmente, em relação ao comunicado que será divulgado na sequência para se entender melhor os possíveis passos da política monetária nos próximos meses”, ressalta.

Correia observa que a inflação está menos pior, pelo menos devido aos últimos dados que saíram: “Mas ainda isso é muito precoce para qualquer tipo de alteração na decisão dessa próxima quarta. Então por enquanto a gente continua com a mesma expectativa de alta para a taxa de juros aqui e que a ponta final seja em dezembro na casa dos 15%. Então, por enquanto, está longe de cogitação a gente poder ter cortes neste ano”.

Ana Paula Carvalho, planejadora financeira e sócia da AVG Capital, destaca que a alta de 1 ponto percentual confirma um movimento indicado pelo próprio Copom em comunicado anterior em que já indicou duas altas do mesmo patamar. Em relação aos investimentos, ela avalia que ativos ligados ao IPCA ainda são interessantes, especialmente para prazos mais longos.

Jeff Patzlaff, planejador financeiro e especialista em investimentos, acredita que a decisão do Copom reflete a necessidade de conter a inflação. Ele ainda avalia que investimentos de renda fixa tendem a se tornar mais atrativos, especialmente aqueles atrelados à taxa Selic ou ao CDI, como o Tesouro Selic, CDBs e LCIs e LCAs.

OCC CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ nº 09.296.159/0001-70 - NIRE nº 33.3.0035421-2 ESTATUTO SOCIAL
<p>CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração: Art. 1. A OCC CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima regida por este estatuto social (“Estatuto”), pela legislação aplicável e regulações das autoridades competentes. Art. 2. A Companhia tem sede, foro e domicílio na Avenida das Américas, 7.935 - Edifício Sunplaza, bloco 02, salas 448, 449, 450, 451, 452 e 453, Barra da Tijuca, CEP 22793-081, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Art. 3. A Companhia tem por objeto Serviços de Construção e elaboração de projetos incluindo: Construção de Edifícios; Pintura para sinalização em pistas de rodovias e aeroportos; Construção de obras de arte especiais; Obras de urbanização ruas, praças e calçadas; Construção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas exceto obras de irrigação; Obras de Irrigação; Construção de redes de transporte por dutos, exceto para água e esgoto; obras portuárias, marítimas e fluviais; Montagem de estruturas Metálicas; Obras de Montagem Industrial; Construção e Instalação esportivas e recreativas; Demolição de Edifícios e Outras Estruturas; Preparação de Canteiro e Limpeza de Terreno; Obras de Terraplenagem; Serviços de Preparação do Terreno não especificados anteriormente; Obras de Alvenaria; Outras Obras de Acabamento da Construção; Impermeabilização em obras de Engenharia Civil; Montagem e Instalação de Sistemas e Equipamentos de Iluminação e Sinalização em Vias Públicas, Portos e Aeroportos. Parágrafo Primeiro - Os negócios da Companhia serão conduzidos de acordo com o Plano de Negócios e com o Orçamento Anual da Companhia, os quais deverão ser revisados, discutidos, aprovados e/ou ajustados, conforme o caso, anualmente. Parágrafo segundo - Para os fins deste Estatuto, entende-se como: (i) “Orçamento Anual” o orçamento anual da Companhia, que deverá conter as previsões de receitas, custos, despesas, investimentos e despesas de capital, destinação do lucro líquido, gastos financeiros, níveis de endividamento e capital de giro da Companhia, metas comerciais, planejamento estratégico de crescimento e de posicionamento do mercado e metas de desempenho para a Diretoria. (ii) “Plano de Negócios”. O plano de negócios da Companhia, que deverá conter as diretrizes comerciais e investimentos da Companhia. (iii) “Informações Gerenciais”. (iv) “Fluxo de Caixa Individual por Obra e Geral da Companhia”. CAPÍTULO II - Capital Social e Ações: Art. 4. O capital social da Companhia é de R\$ 42.744.269,88 (quarenta e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e duzentas e sessenta e nove reais e oitenta e oito reais), passe a ser representado por 42.744.269 (quarenta e duas milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e duzentas e sessenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Parágrafo Único - Cada ação ordinária emitida pela Companhia confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. Art. 5. Será convocada Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a necessidade de aporte de recursos pelas acionistas não previstos no plano de negócios da Companhia. CAPÍTULO III - Assembleia Geral: Art. 6. A Assembleia Geral deverá ser convocada e realizada nos termos Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), desde Estatuto e Acordo de Acionistas. Art. 7. As acionistas reunir-se-ão ordinariamente nos primeiros 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, reunindo-se extraordinariamente sempre que os interesses sociais e/ou a Lei assim exigirem. Art. 8. As acionistas terão os poderes para decidir sobre todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral, conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações ou por este Estatuto. Art. 9. Sem prejuízo das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data agendada para a realização da Assembleia Geral, em primeira convocação, sendo certo que, em não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral em segunda chamada. Parágrafo Primeiro. Salvo motivo de força maior, as Assembleias Gerais serão realizadas na sede da Companhia. Quando houver de efetuar-se em outro local, os anúncios e notificação de convocação indicarão, com clareza, o lugar do conclave, que deverá necessariamente ser na cidade da sede da Companhia. Parágrafo Segundo. A Companhia deverá disponibilizar os meios para que qualquer acionista participe das Assembleias Gerais de forma remota por meio de teleconferência, videoconferência ou meio similar que possibilite que: (i) todos os participantes possam ser claramente identificados e se ouvir mutuamente; (ii) seja assegurada a autenticidade do voto e a declaração de vontade do respectivo participante, e (iii) sejam observados todos os requisitos legais aplicáveis. Art. 10. Exceto se quórum maior for requerido pela Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão instaladas: (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de Ações representativas de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Companhia; e (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. Art. 11. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer acionista presente na Assembleia Geral, escolhido por maioria dos votos dos presentes, o qual deverá nomear um secretário, que poderá ou não ser acionista da Companhia. Art. 12. Nenhuma deliberação poderá ser tomada com relação a uma matéria que não tenha sido especificada na convocação para Assembleia Geral, salvo se a totalidade das acionistas que estiver presente à Assembleia Geral concordar, por escrito, com a discussão e deliberação da matéria não contemplada na convocação para a Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro. Sem prejuízo de outras matérias estabelecidas em Lei e neste Estatuto, a Assembleia Geral terá competência para deliberar sobre os seguintes temas: (i) alteração do objeto da Companhia; (ii) transformação do tipo societário da Companhia; (iii) emissão de valores mobiliários pela Companhia, incluindo aumentos de capital; (iv) alteração do Estatuto Social; (v) dissolução ou liquidação da Companhia; (vi) solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de pedido de autofalência pela Companhia; (vii) qualquer operação de fusão, cisão, transformação, incorporação de ações e/ou cisão parcial da Companhia; (viii) resgate, amortização, recompra ou qualquer outro tipo de negociação com as ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (ix) alteração na política de distribuição de dividendos, respeitadas as disposições deste Estatuto Social; (x) eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração e indicação do Presidente do Conselho de Administração; (xi) definição e alterações da remuneração global dos administradores da Companhia. Parágrafo Segundo - As deliberações sobre as matérias listadas no parágrafo primeiro acima dependerão do voto afirmativo de acionistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital total e votante da Companhia. CAPÍTULO IV - Administração: Art. 13. A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria (“Órgãos da Administração”), cujos poderes e competências estão estabelecidos neste Estatuto, em conformidade com o disposto na legislação em vigor. Art. 14. Os membros dos Órgãos da Administração tomarão posse mediante assinatura de termos de posse nos respectivos Livros de Atas dos órgãos da administração da Companhia para os quais foram eleitos, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão, devendo permanecer investidos em seus cargos até a eleição e posse de seus respectivos sucessores. Art. 15. A remuneração global dos membros da administração será fixada pela Assembleia Geral. Parágrafo Único - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo, neste caso, ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição aos membros da Diretoria Executiva. CAPÍTULO V - Conselho de Administração: Art. 16. O Conselho de Administração é composto por 3 (três) Conselheiros, dentre os quais 1 (um) Presidente do Conselho de Administração, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - Em caso de vacância ou impedimento de qualquer membro do Conselho de Administração, a Assembleia Geral indicará o seu substituto a fim de completar o mandato em aberto. Parágrafo Segundo - A eleição do respectivo substituto caberá à Assembleia Geral realizada em até 10 (dez) dias contados da ciência da vacância ou impedimento. Para fins deste Estatuto entende-se por: (i) “conselhoheiro vacante” aquele que (a) renuncie ou seja destituído de seu cargo; (b) deixar de desempenhar suas funções ou esteja temporariamente impedido de cumprir com suas funções por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos; e/ou (c) tenha se ausentado de 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas sem apresentação de justificativa comprovada e aceita pelos demais membros do Conselho de Administração; e (ii) “conselhoheiro impedido” aquele que, por qualquer razão ou evento, (a) tenha falecido (b) tenha sua incapacidade para a prática dos atos da vida civil declarada judicialmente; e/ou (c) venha a se enquadrar nas hipóteses legais de impedimento, incluindo aquelas previstas no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. Parágrafo Terceiro - O Conselho de Administração, com o objetivo de aprofundar suas discussões e deliberações, poderá se desdobrar em comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, com ou sem a participação de profissionais não integrantes do órgão, mas ligados, como empregado ou prestador de serviços autônomo, à Companhia. Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração terá voto de qualidade condicionado em caso de empate em quaisquer deliberações do Conselho de Administração, devendo justificar seu voto para fins de governança e fiscalização. Art. 17. As reuniões do Conselho de Administração ocorrerão, ordinariamente, de forma anual e extraordinariamente sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho com antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias em primeira e segunda convocação, sendo certo que, em não se realizando a reunião em primeira convocação, serão enviados novos anúncios para a segunda convocação, que deverá observar uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data prevista para a realização da reunião do Conselho de Administração em segunda chamada. Art. 18. A convocação das reuniões do Conselho de Administração será feita mediante comunicação escrita entregue (i) pessoalmente com protocolo ou por carta com aviso de recebimento; ou (ii) por correio eletrônico com comprovante de recebimento. Parágrafo Primeiro - Os editais de convocação de reuniões do Conselho de Administração deverão incluir, pelo menos: (i) a data, hora e local da reunião; (ii) a ordem do dia indicando as matérias sujeitas a deliberação; e (iii) cópias de todos os documentos e propostas relacionados aos assuntos incluídos na ordem do dia. Parágrafo Segundo - As formalidades de convocação poderão ser dispensadas quando todos os Conselheiros estiverem presentes à respectiva reunião. Para evitar dúvidas a presença de um Conselheiro com o fim único de questionar a validade da respectiva convocação ou instalação da reunião não será considerada para fins da dispensa prevista acima. Art. 19. Salvo motivo de força maior, as reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia. Quando houver de efetuar-se em outro local, os anúncios e notificação de convocação indicarão, com clareza, o lugar do conclave, que deverá, preferencialmente, ser na cidade da sede da Companhia. Art. 20. A Companhia deverá disponibilizar os meios para que qualquer Conselheiro participe das reuniões de forma remota por meio de teleconferência, videoconferência ou meio similar que possibilite que: (i) todos os participantes possam ser claramente identificados e se ouvir mutuamente; (ii) seja assegurada a autenticidade do voto e a declaração de vontade do respectivo participante, e (iii) sejam observados todos os requisitos legais aplicáveis. Art. 21. Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o Conselheiro que: (a) esteja fisicamente presente na reunião; (b) nomear qualquer outro Conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração outorgue poderes específicos, contendo as instruções de voto expressas e por escrito, e seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação; (c) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação, via correio eletrônico (e-mail) com confirmação de recebimento, carta registrada ou carta entregue em mãos; (d) esteja representado por procuração outorgada a um outro Conselheiro; ou (e) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que o Conselheiro em questão envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao presidente da reunião antes do encerramento da reunião ou lavratura e assinatura da respectiva ata, desde que todos os demais Conselheiros presentes por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o presidente da reunião. Art. 22. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas: (i) em primeira convocação, com a presença da maioria simples dos membros do Conselho de Administração; e (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Conselheiros. Art. 23. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer outro membro do Conselho de Administração presente na reunião, escolhido por maioria dos votos dos presentes, o qual deverá nomear um secretário, que poderá ou não ser uma acionista. Art. 24. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser presenciais ou conduzidas por meio de conferência telefônica ou videoconferência, devendo serem respeitados os procedimentos de convocação e quórum de instalação acima previstos. Em qualquer caso, as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração deverão ser registradas em atas assinadas pelos presentes. Art. 25. Nenhuma deliberação poderá ser tomada com relação a uma matéria que não tenha sido especificada na convocação para reunião do Conselho de Administração, salvo se a totalidade dos Conselheiros</p>

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.

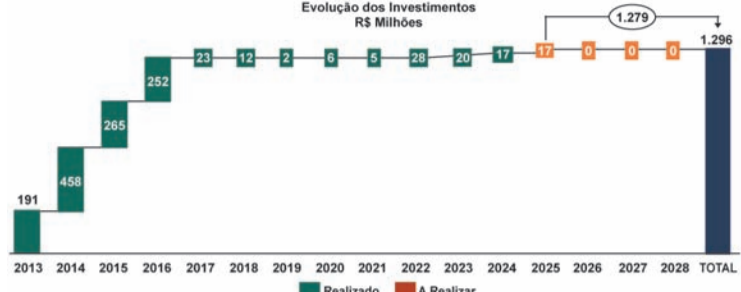
CNPJ/MF nº 15.286.437/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2024

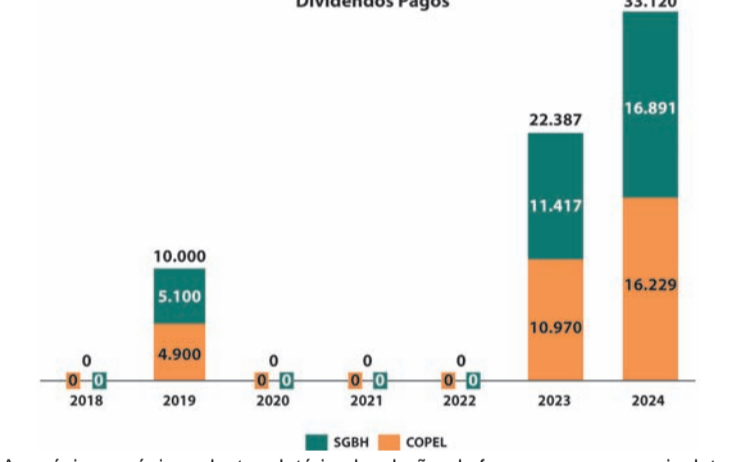
Prezados Acionistas, A Administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (GTE) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia sagrou-se vencedora do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012, cujo Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10 de maio de 2012. O Lote B é composto por uma linha de transmissão em 500 kV de aproximadamente 600 quilômetros de extensão interligando as subestações Ribeirãozinho, Rio Verde do Norte e Marimbondo II, pelo seccionamento das linhas de transmissão em 500 kV Marimbondo - Araraquara C1 e C2, de propriedade de Furnas Centrais Elétricas S.A., e pela subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

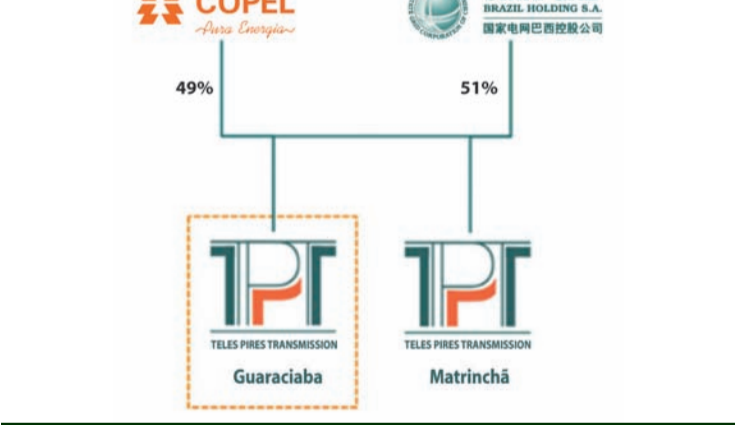
O EBITDA societário totalizou R\$ 104,4 milhões em 2024 contra R\$ 121,6 milhões de 2023, o que representa uma redução de 16,5% ou R\$ 17,2 milhões. O Lucro Líquido em 2024 totalizou R\$ 46,1 milhões, uma redução de 11,9% em relação ao Lucro Líquido de 2023, de R\$ 50,6 milhões.



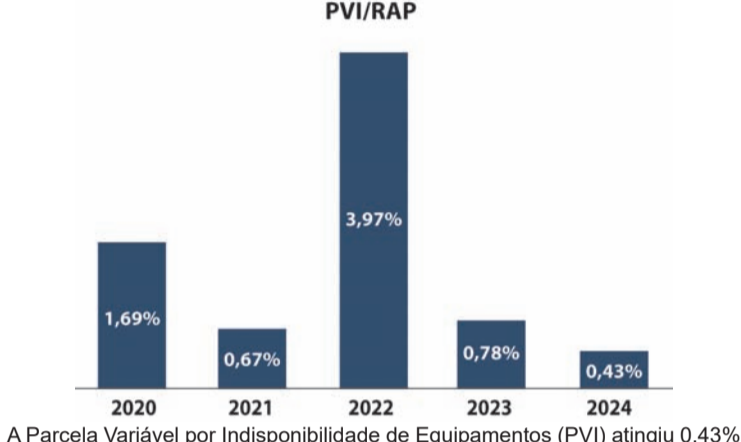
O plano de investimentos da Companhia envolve iniciativas que ofereçam incremento relevante na taxa de retorno do projeto, aumento da confiabilidade na operação dos ativos de transmissão e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A GTE encerrou o exercício de 2024 com um investimento total de R\$ 17 milhões, aplicados principalmente na aquisição de equipamentos sobressalentes (R\$ 8,9 milhões), indenização fundiária (R\$ 2,9 milhões), P&D e CAPEX Social (R\$ 1,2 milhões) e outros (R\$ 4 milhões).



As próximas páginas deste relatório abordarão, de forma um pouco mais detalhada, temas relevantes como desempenho operacional e financeiro ao longo do exercício de 2024. Sumário Executivo: A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A., Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14/03/2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1101 (parte), Centro, Rio de Janeiro - RJ.



Balancos patrimoniais de 31/12/2024 e 31/12/2023 em milhões de reais, com notas explicativas.



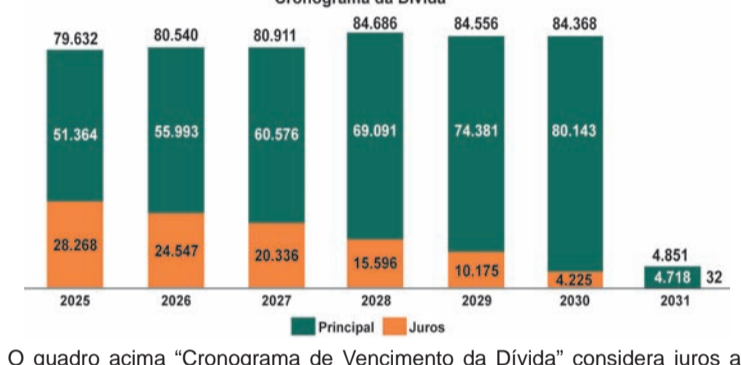
A Parcela Variável por Indisponibilidade de Equipamentos (PVI) atingiu 0,43% da RAP auferida em 2024, ficando inferior ao limite estabelecido no Plano de Negócios que é de 1%. Vale lembrar também que a relação PVI/RAP em 2022 foi de 3,97% devido explosão do reator de linha na subestação Rio Verde Norte em função de explosões ocorridas na bucha H1 tipo OIP.

Histórico de disponibilidade de equipamentos em porcentagem de 2016 a 2024.

Desempenho Econômico-Financeiro em milhões de reais, comparando 2024 e 2023 com variações percentuais.

Informações Patrimoniais em milhões de reais, mostrando Ativo Total, Dívida Bruta, Dívida Líquida e Patrimônio Líquido.

Indicadores Financeiros de Dívida em milhões de reais, incluindo Endividamento, Índice de Cobertura e EBITDA ajustado.



O quadro acima "Cronograma de Vencimento da Dívida" considera juros a serem apropriados futuramente, adotando projeções utilizadas pela Companhia e divulgadas pelo Boletim FOCUS. Perspectivas para 2025: Em 2025, a Companhia pretende manter o rigor demonstrado até aqui nos procedimentos de operação e manutenção dos ativos de transmissão, visando nível de disponibilidade próximo a 100% e, consequentemente, redução significativa da parcela variável.

A administração Rio de Janeiro, 14/02/2025. Xuhui Yang - Diretor Presidente. Carlos Moscalewsky - Diretor Técnico.

Demonstração dos fluxos de caixa em milhões de reais, comparando 31/12/2024 e 31/12/2023.

Demonstração do valor adicionado em milhões de reais, comparando 31/12/2024 e 31/12/2023.

